

Jornal da Vila de Prado



Director: Alfredo Pedrosa • Ano XI • Número 137 • 30 de Outubro de 1998 • Taxa paga • Mensário: 85\$00 • Vila de Prado/4730 Vila Verde/Portugal

Jorge Rodrigues fascina
com Casas Típicas

Lixo da Botica impede
realização de Assembleia

Pág. 2

Assembleia Municipal
sob o signo da "guerrilha"

Pág. 4

Saiba o que se vai
votar no Referendo
da Regionalização

Pág. 6/8

Docentes criam
Agrupamento de Escolas
da Zona de Moure

Pág. 9

Autarcas do Homem
exigem solução
do Governo para os lixos

Pág. 10

CDU repudia situação
da lixeira de Dossãos

Pág. 11

António Soares restaura
moinho do Neiva

Pág. 12

Prado "empata"
aspirações em 3 jornadas

Pág. 13

Cabanelas aspira
novo campo de futebol

Ribeira do Neiva volta
à competição

Pág. 14

Festa das Colheitas
promove o concelho

Última

MINISTRA DA SAÚDE INAUGURA HOSPITAL



DR. DOMINGOS PEREIRA HOMENAGEADO



Paulo Portas
associa-se
e empossa
órgãos concelhios
do Partido
Popular.

Pág. 11

EB 2,3 de Prado vence Troféu Ambiente

A Escola EB 2,3 de Prado venceu a edição 97/98 do Troféu Ambiente Escola, promovido pela empresa "Beltrão Coelho" e pela Associação "Planeta Verde".

Na iniciativa participaram 138 estabelecimentos de ensino de todo o País, envolvendo à roda de 200 mil alunos.

O concurso tinha como lema "Racionalizar consumos para economizar recursos" e a Escola EB 2,3 de Prado foi a que melhor desempenho conseguiu.

Sob a batuta da Prof.^a Anabela Grilo, auxiliada pelos alunos do 9º I, a escola consumiu apenas 923 Watts de energia eléctrica e 1056 litros de água, para além de ter utilizado 117 caixas de papel reciclado. Por outro lado, foram aproveitados 224 kgs de papel velho e recolhidos 228 kgs de pilhas usadas. Também 845 pinhões foram transformados em pequenos pinheiros, plantados em bôças e na própria escola.

Na pré-classificação de Março já a escola vencedora se encontrava na segunda posição, tida como a mais economizadora em matéria de consumo de energia eléctrica e de água, e após a entrega de 1.300 kgs de papel e a recolha de 33,5 kgs de pilhas.

Contribuiu também significativamente para o êxito da escola pradense o considerável envolvimento de professores e alunos na limpeza de certos locais da Vila de Prado, levada a cabo no mês de Junho, com que se visou a "sensibilização da população escolar e extra-escolar para a necessidade da manutenção do meio ambiente".

Toda esta dinâmica em torno da educação ambiental esteve inserida num contexto mais global de execução do projecto da Área-Escola. Tratou-se com toda a certeza de um ano bastante profícuo em tão crucial vertente, com o "Troféu Ambiente Escola" a cotar-se como uma aposta ganha, com que a sua coordenadora local, Prof.^a Anabela Grilo, pretendeu "sensibilizar os mais jovens para os problemas do ambiente, recursos naturais e preservação da Natureza, bem como dinamizar o interesse da escola para a racionalização dos consumos e recuperação de matérias-primas".

Lixo da Botica divide deputados locais

A sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da Vila de Prado, de 28 de Setembro último, revelou-se bastante atribulada. No período antes da ordem do dia, Vítor Gonçalves, do PS, pediu palavra para apresentar ao plenário duas propostas. A primeira constou de "um voto de repúdio pelo comportamento da Junta de Freguesia em relação aos moradores" da Quinta da Botica, "uma vez que só se lembram daquela local quando recebem os seus líderes". Tal tomada de posição resulta, alegadamente, de contactos havidos com moradores daquele loteamento, que consideram que "a autarquia os tem desprezado e entendem esta atitude como um acto de provocação".

A segunda proposta vem no seguimento da primeira, visto que a bancada parlamentar do Partido Socialista, também na sequência de contactos com moradores da Quinta da Botica, propõe que seja solicitada à Câmara Municipal "uma justificação aceitável para o incumprimento das obras que foram prometidas no Plano de Actividades para aquela zona", ao mesmo tempo que solicita àquele órgão que "se digne resolver o problema do depósito e recolha de lixo".

A primeira proposta mereceu quatro votos desfavoráveis do PSD, contra outros tantos favoráveis do PS. Em face do empate verificado, o presidente do plenário exerceu o voto de qualidade ao lado dos seus correligionários do PSD, numa posição que suscitou a indignação dos deputados socialistas que, depois de retirarem a segunda proposta, se decidiram, certamente em sinal de protesto, a abandonar a sessão, motivando o seu encerramento por falta de quorum.

O que parece incontrolável é que os moradores da Botica vão continuar com as lixeiras imundas à sua porta por tempo indefinido, para não falar dos materiais abandonados em local próprio para estacionamento, num sinal que inúmeros moradores não hesitam em rotular de espelho da inoperância e do comodismo que se instalou nas hostes laranjas por estas paragens.

JORGE RODRIGUES FASCINA COM CASAS TÍPICAS

O jovem pradense Jorge Rodrigues trouxe ao artesanato da região uma nova e bastante apreciada vertente, que tem deliciado os apreciadores do tipicismo minhoto e da arte manual.

As suas miniaturas de casas típicas do Minho, que têm como título de marca "Granitus", porque confeccionadas com pequenos blocos de granito, tal como as moradias seculares que reproduzem, provocam um delicioso deslumbramento e uma acentuada nostalgia, remetendo-nos para uma ancestralidade que define categoricamente o Homem Minhoto.

As encantadoras réplicas das tradicionais e pitorescas moradias graníticas do Minho constituíram mesmo, na recente edição da Festa das Colheitas, o centro das atenções, entre dezenas de multifacetados pavilhões. Tanto mais que o seu talentoso criador patenteou ao vivo o meticuloso processo de execução que as mesmas exigem. E o reconhecimento pela meteórica implantação de Jorge Rodrigues no ingrato mercado do artesanato acabou por vir sob a forma de uma espantosa exposição na Casa dos Crivos, em Braga, sob a tutela do pelouro da Cultura da Câmara Municipal bracarense.

A mostra foi inaugurada no dia 23 de Outubro e prolonga-se até 3 de Novembro e constitui um momento de afirmação do talento do jovem pradense, a residir em Braga, que apenas há dois anos deu os primeiros passos, então puramente a título de ocupação dos tempos livres sob a forma de satisfação pessoal. Congratulante foi depararmos na Casa dos Crivos com o Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado, Prof. António Macedo, que se mostrou surpreendido com as preciosidades que lhe foi dado observar, parabenizando e dirigindo palavras de estímulo, sem deixar de revelar



uma pitada de orgulho, ao autor, seu conterrâneo.

Jorge Rodrigues cursou electrónica e após 3 anos ao serviço da Grundig gere de há 4 anos a esta parte um bar na Vila de Prado, ao balcão do qual se pode encontrar muitas vezes na laboração desta sua nova paixão, que se alia ao paraquedismo, de que é instrutor. Sente-se nele o espírito aventureiro, a agitação própria de uma mente criadora que remonta à infância: "Desde criança que aprendi a transformar matérias-primas naturais em coisas funcionais (brinquedos). Na escola os trabalhos oficiais enriqueceram a criatividade e o conhecimento das técnicas e ferramentas."

As tendências de infância, que usualmente se esvaem com o tempo para darem lugar às exigências sócio-económicas, renasceram em Jorge Rodrigues e "longe da perfeição, a evolução foi o alicerce do projecto", que acabou por se traduzir na participação em feiras de artesanato, como a de Vila do Conde, Lousã, Vila Nova de Poiares, à mistura com a frequência de um

curso de apoio a projectos para criação de pequenas e muito pequenas empresas.

Os contactos com outros artesãos tem expressamente sido enriquecedor aos mais diversos níveis, arrefecendo naturais euforias e arrebatamentos de um debutante, que se mostra consciente da complexidade do caminho que decidiu trilhar, "que se mostra longo e sinuoso, mas é preciso marcar passo para não perdermos aquilo que são, as nossas raízes e a nossa cultura."

Não poderíamos estar mais de acordo com quem, tal como nós, encontra na agreste Natureza e na rupestre ruralidade o palco favorito dos tempos de lazer, que face às crescentes agressões bem carecido está de manifestações do jaez da aqui divulgada, que têm o inegável condão de perpetuar e de tornar tangível e apreciável nas nossas casas ou locais de trabalho um universo peculiar que indubitavelmente transmite uma reconfortante sensação de tranquilidade e de abstracção: "O granito sobrevive na imensidão do tempo; o homem molda-o na imensidão do espaço."



Maria Helena Dantas, L.da
EXPORTADORES

FÁBRICA DE BORDADOS REGIONAIS

ARTIGOS DE ARTESANATO
EM LINHO
MINHO - PORTUGAL

SEDE E FÁBRICA: Lugar da Fuzelha - VILA DE PRADO - 4730 Vila Verde
Telefs. - 922247 / 922269 - Fax 921869

LOJA COMERCIAL: Lugar do Outeiro - VILA DE PRADO - 4730 Vila Verde • Telef.-921001

Variedade de linhos,
Toalhas de Mesa,
Jogos à Americana,
Tabuleiros, Sacas,
Guardanapos,
Artigos com renda...
Reposteiros e cortinados,
colchas coroa-de-rei e estilo
antigo, naperons decorati-
vos, palas, abat-jours...

Com o Provedor Bento Morais a solicitar mais apoios...

MINISTRA DA SAÚDE INAUGURA HOSPITAL RENOVADO

O hospital de Vila Verde, completamente renovado e reequipado, fruto de um profundo empenhamento dos corpos sociais dirigentes da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde, e particularmente do Provedor e Vereador da Câmara Municipal Bento Morais, foi no dia 25 de Setembro inaugurado pela Ministra da Saúde Maria de Belém Roseira.

A Ministra não escondeu a sua admiração pelo trabalho ali desenvolvido de forma abnegada e numa clara missão de serviço público, mostrando-se totalmente receptiva e disposta a responder favoravelmente aos anseios da Misericórdia de Vila Verde. Contudo não trouxe ainda em carteira o tão almejado visto do Tribunal de Contas do protocolo para assistência no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. Reconheceu, ainda assim, que esse não constituirá de modo algum um óbice à possibilidade do hospital de Vila Verde prestar assistência aos utentes do SNS.

Esta situação surge no seguimento da posição tornada pública do Provedor Bento Morais de não aceitar a abertura do hospital como privado. Bento Morais asseverava, então, ser sua absoluta pretensão fornecer um serviço de qualidade e sobretudo com uma forte vertente social, bem de acordo com os propósitos da Santa Casa da Misericórdia.

Nessa altura, também Germano Cerqueira, que assume as funções de director clínico do hospital, concordou que se impõe a prestação de um serviço de qualidade, para o que o Ministério da Saúde terá naturalmente que assumir um papel de maior disponibilidade em termos de apoio a conceder. Esta era a grande preocupação de Bento Morais, visivelmente insatisfeito com o acordo alegadamente imposto pelo Ministério da Saúde, até porque era sua pretensão a criação de mais especialidades e um Serviço de Atendimento Permanente de 24 horas.

Das posições do Provedor e do Director Clínico do hospital, resulta inequívoca uma certa frustração em torno de uma causa de que todos poderiam sair a ganhar ainda muito mais se o Estado revelasse aqui a necessária perspicácia para agarrar com força e determinação uma obra ímpar, fazendo tudo para que tenha pernas para andar. Numa iniciativa de apresentação da estrutura hospitalar completamente renovada, o director clínico Germano Cerqueira sustentou que é sua pretensão não só garantir a auto-suficiência do



hospital como ainda criar condições para que possa gerar receitas que possam ajudar a Misericórdia a desenvolver a sua acção social.

Sobre os gastos com o enorme investimento ali feito, o tesoureiro da Mesa Administrativa da Misericórdia, Júlio Rodrigues, revelou que a Instituição não teme os desafios quando está em causa servir a população e desenvolver uma profícua acção social, aludindo mesmo à situação do Lar de Terceira Idade, inicialmente orçado em 100 mil contos, mas que viria a custar cerca de 180 mil, quando tinham apenas, à partida, 24 mil contos. O que é certo é que este investimento parece ter rondado os 300 mil contos e o apoio governamental, à data, cifrava-se em apenas 40 mil contos, com a expectativa da Câmara Municipal poder contribuir com cerca de 30 mil contos. Para a população de Vila Verde fica a nota importante de que estão garantidos serviços de especialidade, nomeadamente de psiquiatria, radiologia, ecografia, ortopedia, hemodiálise, oftalmologia, otorrinolaringologia, patologia e ginecologia.

• Provedor enaltece empenho da firma Sá Machado

Depois de uma minuciosa visita a todas as instalações e equipamentos do hospital, chegaria o momento de passar ao salão nobre da Santa Casa, onde uma numerosa e distinta plateia, onde não faltavam deputados da Assembleia da República, nomeadamente o Dr.

Martinho Gonçalves, aguardava ansiosamente por ver confirmados os dotes retóricos e a simpatia da Ministra Maria de Belém.

Ladeado pela Ministra, pelo Governador Civil de Braga, pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, pelo vice-presidente da União das Misericórdias, Manuel Lemos - a substituir o Pe. Vítor Milícias por impedimento deste de última hora -, e pelo Arcebispo Primaz de Braga, que havia benzedo as instalações, o Provedor Bento Morais começou por tecer um breve mas enaltecedor historial da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde, recordando a inestimável obra e o legado deixado por aqueles que tão generosa e energeticamente o antecederam. Também o empenho de todos na realização da obra de renovação em tempo recorde, nomeadamente o inestimável zelo da firma Sá Machado, particularmente de António Sá Machado e dos seus filhos, que não se pouparam a esforços, dia e noite, zelando pelos trabalhos como se se tratasse de uma obra sua, mereciam o devido destaque.

O discurso de Bento Morais teria necessariamente, até por força do grande esforço financeiro já feito, que virar-se para um veemente apelo à Ministra Maria de Belém no sentido do reforço da comparticipação financeira do Estado e das especialidades, bem como o funcionamento do Serviço de Atendimento Permanente. Com um apreciável sentido de humor, Bento Morais remontaria à sua me-

inice, ao tempo em que frequentava a instrução primária, para confessar a sua perdição pelas contas de multiplicar por quatro, numa tentativa de conseguir a anuência daquela governante na quadruplicação do apoio do Estado.

Perfeitamente à altura daquela habilidade do vereador da Câmara Municipal e Provedor da Santa Casa de Vila Verde, Maria de Belém replicaria que preferia a multiplicação por dois, conta natural-

mente bem mais fácil, entrevedo-se assim que a verba estatal poderá passar de 25 para 50 mil contos, somando assim um total de 90 mil contos. Também a possibilidade de alargamento do Serviço de Atendimento Permanente - SAP - ao período diurno e o alargamento do número de especialidades, não deixou de ser equacionado pela Ministra, num processo de apreciação que não poderá deixar de envolver outros parceiros.

O Presidente da Câmara, José Manuel Fernandes congratulou-se também com a concretização de mais uma considerável obra da Santa Casa da Misericórdia que vem reforçar o cunho eminentemente social da sua intervenção e garantiu que a mesma poderá contar com um esforço da edilidade até acima das suas possibilidades, pois aos propalados 30 mil contos poderão acrescer mais 20 mil, num esforço suplementar que a grandeza do evento por si só, e dados os seus meritórios fins, justifica plenamente.

Além da troca de números e operações aritméticas, Maria de Belém não poupou rasgados elogios à acção de Bento Morais e seus pares, elegendo-os até como um bem ilustrativo exemplo de adopção de uma política de saúde que vê reforçada a preocupação com o bem estar e a qualidade de vida dos doentes. Com uma feliz imagem marítima, Bento Morais reconheceu estar a nevar num mar algo agitado e tempestuoso, não se lhe deparando uma viagem livre de tormentas, exortando mesmo a

Ministra a ajudar a sua frota a chegar sem grandes precalços a "terra boa". Linguagem metafórica que, de resto, dispôs para que se passasse a um almoço-volante de salutar convívio entre todos os convidados presentes, onde pontuavam representantes de praticamente todas as forças vivas do concelho.

• Aposta no bem estar dos utentes

No momento da apresentação do hospital, que decorreria no mês de Agosto, Bento Morais não escondia, por um lado, a satisfação por poder dar como cumprida a promessa de dotação do concelho de uma condigna instituição hospitalar, mas por outro as tormentas que ainda os esperariam em termos de verem desbloqueados os montantes suficientes para poderem dar satisfação aos avultados compromissos financeiros entretanto assumidos.

A unidade hospitalar foi apresentada como um projecto virado para o futuro, dados os modernos equipamentos que ostenta. A capacidade de internamento corresponde à já anunciada meia centena de doentes, distribuídos por quartos individuais e camas.

Correspondendo também aos anseios de Bento Morais e dos corpos sociais da Santa Casa, deverá funcionar um bloco operativo equipado para a realização de uma grande diversidade de cirurgias, dispondo igualmente de uma zona vocacionada para a prestação de cuidados intensivos e vocacionada para todo o atendimento pós-operatório.

O hospital irá actuar ainda nos campos da medicina interna, fisioterapia e patologia, prevendo-se que no futuro seja instalado o equipamento para a realização de hemodiálise. A informatização dos serviços é igualmente uma prioridade, sabendo-se que estão já a ser desenvolvidas todas as diligências nesse sentido.

Entretanto, no início da manhã, a Ministra da Saúde inaugurou também o novo Centro de Saúde de Vila Verde, bastante tempo depois de ter entrado em funcionamento, tendo Maria de Belém sublinhado que é precisamente nestes moldes que gosta de proceder a inaugurações, isto é, quando as unidades estão já a laborar, não sendo apologistas das inaugurações de mero cortar de fitas.



Óculos de Sol
Lentes e Armações
de Marcas
Consagradas

Se tem Problemas de Visão a
ÓPTICA DE PRADO
Deve Visitar

Marcação
de
Consultas
Médico
Oftalmologista

Quinta da Botica - Loja nº 9
VILA DE PRADO
4730 Vila Verde
Telef. - 921 894

Ouvindo a Câmara mas não Martinho Gonçalves...

JOÃO LOBO CONDENA "GUERRILHA POLÍTICA"

A sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde do dia 26 de Setembro foi ao rubro logo na fase preliminar, após mais uma intervenção com forte pendor de moralização política do presidente João Lobo.

Com base em notícias vindas a público em jornais de tiragem regional de 15 de Setembro, que aludiam a graves acusações dirigidas à Câmara e ao seu Presidente, acusando-os de perseguições a cidadãos que haviam sido opositores no acto eleitoral de Dezembro último e de compadrio e favorecimento a cidadãos que alegadamente terão apoiado o PSD, com referências concretas a imóveis em alegada situação ilegal com a convicção do executivo, João Lobo não escondeu a sua preocupação em face dos prejuízos que de uma tal campanha poderão resultar para todos os vilaverdenses. Aquele eminente jurista não se coibiu mesmo de convir que tais acusações, independentemente de corresponderem ou não à verdade dos factos, uma vez que foram divulgadas, não poderão constituir motivo de alheamento da Assembleia Municipal, a quem compete apreciar os factos e deles extrair as necessárias ilações políticas, sob pena do sentido da fiscalização democrática passar a ser uma miragem.

No dizer de João Lobo, impõe-se que aquele órgão deliberativo e fiscalizador pugne para que prevaleça a verdade, pois *"em democracia só temos um senhor, a lei"*. O presidente do plenário não escondeu ainda o seu repúdio por falsa notícia divulgada em 22 de Setembro por uma rádio regional que lhe atribuiu a condenação dos actos da Câmara, até porque, asseverou, sempre que *"tiver críticas a fazer será aqui na vossa presença, é nesta casa que os assuntos devem ser apreciados e decididos"*.

Numa apreciação do desempenho da Câmara, João Lobo conveio que tem ouvido elogios sobre a prontidão da acção, dedicação, empenho e missão de servir dos actuais autarcas, tendo podido já testemunhar estes predicados aquando dos incêndios florestais, altura em que encontrou o Presidente da edilidade lado a lado com os bombeiros a altas horas da noite, acompanhando a evolução dos acontecimentos. Na perspectiva de que a Câmara de Vila Verde quer trabalhar sem alardes e sem guerrilhas, o presidente da Assembleia Municipal reconhece

que as referidas acusações o chocaram e considera que em virtude da sua gravidade, terão que ser objecto de responsabilidade criminal, independentemente de se confirmar, ou não, a sua veracidade. Trata-se, no seu dizer, de não deixar cair na rua a autoridade legítima.

• José Manuel Fernandes repudia acusações

Por iniciativa do presidente do plenário, José Manuel Fernandes interviria para fazer alguma luz sobre tal estado de coisas e começaria por sublinhar que *"tudo isto é virtual, a Câmara está a funcionar bem, embora haja ainda aspectos a corrigir; as acusações são falsas e difamatórias; entregarei na mesa os processos e todas as documentações sobre tudo o que tem sido noticiado."*

Reportando-se ao prédio alegadamente em nome de um destacado militante do PSD, conviria que o mesmo está em nome de Álvaro Sousa Rodrigues Cruz e remonta a 23 de Junho de 1997, portanto ao tempoda anterior Câmara. Ademais, sublinhou, existe uma declaração de António Cerqueira em que se afirma que a Câmara autoriza a construção daquele imóvel, quando não encontraram qualquer deliberação nesse sentido, pelo que a declaração só pode ser falsa.

Quanto ao imóvel junto ao Monumento do Autarca, também na sede concelhia, José Manuel Fernandes asseverou que o deferimento da viabilidade do mesmo remonta a 8 de Setembro de 1997, tendo sido conduzido pelo Professor Mota Alves, sendo que teve lugar a cedência de terreno para o recinto da feira. Em 9 de Março último foi passada licença para execução e a 27 de Julho verificou-se o processo de licenciamento. O edil considerou ainda que o prédio se encontrava dentro da legalidade e apenas uma parte não se encontrava conforme com o projecto, o que motivou o embargo.

No que concerne ao prédio junto à rotunda da Vila de Prado, a viabilidade foi deferida em 1992 e foi licenciado por despacho datado de 28 de Fevereiro de 1994. Apesar de se considerar que a volumetria do imóvel se encontra exagerada, o mesmo não deixa de estar aprovado. Já no que respeita a um outro imóvel que se pretende edificar com sete andares, próximo da residência paroqui-

al da mesma vila, José Manuel Fernandes lembra que o PDM apenas permite quatro e nunca ali existiu alvará de loteamento para sete, pelo que não poderá ser licenciado de acordo com a pretensão do proprietário.

No caso do espaço envolvente do Centro de Saúde de Vila Verde, José Manuel Fernandes recorda que o arranjo urbanístico do mesmo foi aprovado quando exercia o seu mandato de vereador, em 2 de Maio de 1995, sem a aprovação dos elementos do PSD.

O edil social democrata refutou ainda as acusações respeitantes às pedreiras, sublinhando, por exemplo, que no caso da de Coucieiro, após informação do Departamento do Ambiente da Câmara que aconselhava o seu embargo é que teve lugar um despacho nesse sentido, tendo depois surgido informação da Divisão Jurídica no sentido de que a fiscalização técnica compete à Direcção-Geral. Quanto às demais pedreiras, foi solicitado parecer sobre a forma de actuação.

Também na situação das máquinas ao serviço da Câmara, o presidente informou que procedera a despacho de adjudicação após informação técnica e os trabalhadores que entraram ao serviço da Câmara resultaram da selecção efectuada em concurso com total transparência de processos. De resto, ainda no seu dizer, não conhece a maior parte dos funcionários admitidos para os serviços camarários e não fez parte de qualquer júri, trata-se de trabalhadores do exterior, ligados a tarefas de recolha de lixo e asfaltamento, entre outras.

• Martinho Gonçalves abandona a sessão

José Martins, do PS, interveio para salientar o sentido de justiça patenteado na intervenção de João Lobo, mas não deixou de manifestar a sua estranheza pelo facto de obras alegadamente em situação de legalidade estarem a ser objecto de embargo, no que incluiu o caso das pedreiras. Em face destas ambiguidades e desconfiâncias, sugeriu que se procedesse à criação de uma Comissão de Inquérito para uma mais cabal averiguação de cada um dos casos denunciados.

Após insistentes pedidos de Martinho Gonçalves para defender a sua honra e dignidade, alegadamente ofendidas na intervenção de José

Manuel Fernandes, o mesmo acabaria por, em tom exaltado, lamentar que se tenha permitido fazer naquela Assembleia um julgamento sumário em que o juiz introduz o acusador para fazer as suas afirmações e não permite que o acusado se defenda. Manifestando a suspeita de que terá havido combinação entre o presidente do plenário e o da edilidade nas intervenções que haviam feito, o vereador e deputado socialista, porque, contrariamente a José Manuel Fernandes, não vinha prevenido e não trazia os documentos consigo, decidiu retirar-se da sala e abandonar a sessão.

João Lobo, por seu turno, sentiu-se profundamente chocado com as acusações que considerou serem passíveis até de procedimento criminal e refutou que tivesse encenado o que quer que fosse, até porque, reconhecidamente, não é essa a sua forma de estar na política e na vida. Porque não deve nada a ninguém, considerando-se um homem transparente cuja postura todos conhecem, reiterou a forma transparente como tudo se passou. O assunto foi levado por si à Comissão Permanente, que o aconselhou a abordar estas situações vindas a público na próxima sessão, até em face da gravidade de que as mesmas se revestem.

Em jeito de interrogações retóricas, João Lobo perguntou: *"Querem que eu me esconda?!... Que me vá embora e não saiba o que se passa no concelho?!..."*, para depois, de forma veemente, afirmar que *"a democracia é a vossa vontade, assenta no vosso conhecimento, na vossa consciência"*, revelando a total abertura para que lhe seja conferida ou retirada a confiança dos que o elegeram para o desempenho daquelas funções, num claro desafio a que houvesse a frontalidade e a coragem para ser apresentada uma moção de desconfiança.

Vitor Gonçalves, do PS, considerou não se lhe afigurar justo que o assunto tivesse sido trazido ao plenário apenas para que o presidente da Câmara se pudesse defender, sem se dar oportunidade à outra parte de contra-argumentar.

Martins Costa, da CDU, desaprovou a atitude algo precipitada de Martinho Gonçalves e qualificou a acusação que o deputado socialista dirigiu ao presidente do plenário, *"no mínimo, temerária"*, tanto mais que o assunto foi ventilado na Comissão Permanente sem que alguma objec-

ção haja sido colocada. Já no que se refere ao pedido de intervenção, Martins Costa conveio que assistia a Martinho Gonçalves esse direito.

O porta-voz da bancada dos Independentes, Pinheiro de Oliveira, considerou que *"em democracia as atitudes ficam com quem as toma"* e apologizou que tudo seja esclarecido o quanto antes, para o que deverá ser constituída a sugerida Comissão de Inquérito.

Também Alfredo Pedrosa reconheceu que a questão fora levantada por João Lobo na Comissão Permanente e apenas António Macedo discordara que competisse à mesa levantar o assunto no plenário. Concordeu com a criação daquela Comissão e sublinhou não compreender tanta relutância em aflorar as acusações de ilegalidades e compadrio vindas a público, atribuídas à Câmara Municipal, afirmando não haver lugar naquele órgão deliberativo e de fiscalização por excelência para *"assuntos tabu"*, pois ali se encontram os verdadeiros representantes dos vilaverdenses. Manifestou ainda a sua discordância com a decisão de João Lobo de não permitir a defesa de Martinho Gonçalves, quando resultou evidente que o mesmo fora visado na intervenção unilateral de José Manuel Fernandes.

O presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado, António Macedo, confirmou a referência de Alfredo Pedrosa ao que se passara na Comissão Permanente e concordou que é na Assembleia Municipal que as questões devem ser debatidas. De resto, asseverou, toda a gente estava a par do que se está a passar, por isso não é de estranhar que o presidente da Câmara se tenha preparado para prestar aqui os devidos esclarecimentos.

António Estrada, do PS, conveio que surgiram na imprensa posições antagónicas em relação às questões em apreço, logo seria importante prestar os devidos esclarecimentos, apenas não se lhe afigura minimamente congruente que apenas seja ouvida uma das partes, pelo que apenas através do trabalho de uma Comissão de Inquérito se poderá sair com lisura deste imbróglio.

No dizer do Eng.º Paulo Oliveira, uma vez que o Sr. José Martins, presidente da Comissão Política do PS está presente e teve já oportunidade de intervir, não parece clara a cusação de que apenas foi ouvida uma das

(Continua na pág. seguinte)

APARÍCIO & FILHOS, L.DA

EXECUÇÃO DE:
URBANIZAÇÕES

PAVIMENTAÇÕES

TERRAPLENAGENS

SANEAMENTO BÁSICO...

EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS

SEDE: VILA DE PRADO - 4730 VILA VERDE

ESCRITÓRIO: TELEF. 921112 — FAX 923977

CENTRAL DE BRITAGEM: LANHAS - VILA VERDE - TELEF. 311435

COMPRA E VENDA
DE TERRENOS

PARA CONSTRUÇÃO

VENDA

DE APARTAMENTOS

(Cont. da pág. anterior)

partes. Mais considero que a Comissão de Inquérito é um instrumento importante em democracia, mas afi-gura-se-lhe absurdo que se pretenda julgar a Câmara actual por situações oriundas do "antigo regime".

O presidente da Câmara Municipal voltou a intervir para informar que despoletará um processo crime com vista a que a acusação possa fazer o ónus da prova e para manifestar a sua concordância com a criação da Comissão de Inquérito no sentido de que seja esclarecida a verdade dos factos.

A proposta de José Martins de criação de uma Comissão de inquérito foi aprovada por maioria, devendo a sua constituição ser equivalente à da Comissão Permanente.

• Revista municipal é instrumento de propaganda

No período antes da ordem do dia, Alfredo Pedrosa, membro independente da bancada do PP, voltou a aflorar o problema do lixo, referindo-se concretamente ao que abunda nas bermas da maior parte das estradas, concedendo ao concelho um aspecto muito pouco atractivo. Mencionou também a lixeira a céu aberto junto ao parque de jogos do Vilaverdense e a inevitável e não menos imunda e vergonhosa lixeira que assola o loteamento da Quinta da Botica, na Vila de Prado, apressadamente limpando aquando da visita do líder nacional do PSD, que almoçou e discursou no restaurante que em muito contribuiu para aquele estado de coisas. Aludiu ainda aos maus cheiros exalados pela ETAR de Moure cuja construção que continua por concluir. Denunciou ainda a postura algo contraditória do presidente da edilidade, que havia garantido que jamais pactuaria com a possibilidade de, ao integrar o aterro sanitário da Braval, Vila Verde ter que vir a receber o lixo dos outros concelhos que a integram, quando parece ser já um dado adquirido que Vila Verde vai passar a enviar o seu lixo para esse aterro sanitário na base do critério de rotatividade que, mais tarde ou mais cedo, fará o lixo dos outros municípios vir para Vila Verde.

A Revista Municipal recentemente editada pela Câmara mereceu fortes críticas de Alfredo Pedrosa, que lamentou servir a mesma quase tão-somente para promover a imagem pessoal do presidente da Câmara, como se de uma revista de propaganda partidária se tratasse, quando está em causa o dispêndio de dinheiros públicos.

• Voto de louvor para Bombeiros Voluntários

A bancada do PSD apresentou uma moção no sentido da Assembleia Municipal deliberar que se proceda à solicitação ao Governo e à Assembleia da República da adopção de medidas tendentes à criação de um fundo social susceptível de promover o desenvolvimento desta região. O documento foi apresenta-

do por Manuel Barros, que aludiu ao problema da desertificação grassante no concelho e aos parcos rendimentos das suas gentes, mormente as das zonas mais periféricas. Referiu-se ainda aos gravíssimos problemas com que os agricultores se debatem e à concorrência desenfreada das grandes superfícies, que assim fazem perigar o futuro do comércio dito tradicional. Também a inexistência de ensinos técnico e superior no concelho foram sublinhadas como factores do atraso estrutural do concelho, que importa inverter, apostando igualmente na sua dotação de infraestruturas propiciadoras da industrialização indispensável para se gerar emprego e assim estancar a desertificação.

Vítor Gonçalves estranhou esta iniciativa de uma bancada que apela a incentivos para a industrialização, enquanto por sua iniciativa foi aprovada uma derrama de 10%.

Também Martins Costa, da CDU, reconheceria que a Moção parece constituir o grito de um regionalista, mas tudo não passou de "um momento de demagogia pura", pelo que não pode subscrevê-la. Ainda assim, o plenário manifestou-se maioritariamente a favor da pretensão social democrata.

Uma segunda moção do PSD constituiu um apelo a que sejam concedidos mais e melhores meios de acção aos Bombeiros Voluntários de Vila Verde. Propuseram ainda que fosse aprovado um voto de louvor para a acção dos Bombeiros e de reconhecimento pelos bons serviços prestados ao concelho neste Verão, tão flagelado pelos incêndios florestais. José Martins, na qualidade de membro da Assembleia Municipal, manifestou total concordância com a moção e questionou a Câmara sobre os apoios que está a pensar conceder aos bombeiros em face dos óptimos serviços reconhecidamente prestados.

Martins Costa concordou que os Bombeiros foram inexcusáveis em matéria de abnegação no combate aos incêndios e aproveitou para levantar ironicamente a questão do surgimento de um aeródromo.

A moção do PSD foi aprovada por unanimidade, seguindo-se uma outra de Armindo Pereira, presidente da Junta de Freguesia de Dossãos, que com o voluntarismo que se lhe reconhece reaborda a questão da lixeira municipal, frisando que a mesma está a degradar a vida das gentes daquela freguesia, sendo que também os lençóis freáticos não escapam àquele flagelo. É sua pretensão que sejam estabelecidos contactos em ordem a obter garantias da Ministra do Ambiente de que a lixeira deverá ser selada, agora que tudo aponta para que o lixo de Vila Verde seja canalizado para a BRAVAL.

Martins Costa, da CDU, reconheceu estar-se em face de uma questão pertinente e aludiu ao critério de rotatividade imposto para a integração na Braval, realçando a circunstância do lixo de Braga repre-

sentar 80% do lixo total, pelo que "o poluidor deve ser o pagador".

• Calamidade agrícola em Vila Verde

Esta moção foi aprovada por maioria, o mesmo acontecendo com uma outra do CDS/PP, apresentada por Tadeu Alves, que, em face do caótico ano agrícola que se abateu sobre Vila Verde, com perdas de vinho e fruta na ordem dos 85 e 80 %, respectivamente, sugere que se solicite ao poder central que o concelho seja considerado área de calamidade agrícola, bem como a reformulação do apoio a conceder aos agricultores em matéria de linhas de crédito.

José Martins, do PS, considerou ter todo o cabimento a proposta do PP e conveio mesmo que a Câmara Municipal poderia conceder uma ajuda no sentido da informação e todo o tipo de apoio técnico para que os agricultores possam, em grande número, aceder aos apoios estatais.

O reduzido poder reivindicativo dos nossos agricultores foi motivo de reflexão de Pinheiro de Oliveira, que sugeriu um maior empenho da edilidade em termos de pressionar para que esta triste realidade seja conhecida e os apoios aos agricultores sejam uma realidade. Este deputado, a exemplo do que aconteceu com Martins Costa, opinou que as perdas rondarão os 95%, tendo o deputado da CDU sublinhado que os problemas da nossa agricultura não se resolvem com linhas de crédito ou subsídios, impondo-se proceder a intervenções infraestruturais e não a paleativos como o que é agora proposto, embora mereça a sua aprovação.

• Selagem da lixeira de Dossãos por resolver

A deputada socialista Sílvia Maria apresentou uma moção que constituiu o reafirmar de propostas já apresentadas pelos vereadores socialistas na Câmara mas que ainda não foram aprovadas. Depois de considerar que a limpeza dos espaços públicos não deve cingir-se à zona urbana, aludiu ao problema das contaminações de água e à falta de limpeza das matas que vem propiciando a proliferação dos incêndios. Concordou ainda que a integração na Braval se revela dentro da lógica mas urge encontrar uma solução definitiva para a lixeira de Dossãos.

José Manuel Fernandes opinou que esta moção contradiz a anteriormente aprovada e reafirmou a posição de que a solução mais viável seria a existência de um aterro próprio para o lixo de Amares, Terras de Bouro e Vila Verde, mas o governo não partilha deste ponto de vista, embora subsista a vontade de resolver o problema da melhor forma. Já a questão de Dossãos continua em aberto, não se sabendo quem irá custear a sua selagem. A moção acabou por não ser aprovada.

• Independentes elogiam "Jornal da Vila de Prado"

A bancada dos Independentes

apresentou no plenário uma proposta no sentido de ser concedido um voto de louvor ao "Jornal da Vila de Prado" pela forma isenta com que vem fazendo a cobertura das sessões da Assembleia Municipal.

No dizer de Pinheiro de Oliveira, uma parte numericamente importante da comunicação social deste concelho tem vindo a ignorar as reuniões desta Assembleia, sendo exemplo flagrante de excepção a essa regra o mensário "Jornal da Vila de Prado", que vem noticiando todas as reuniões com um rigor e uma profundidade quase de acta e sobretudo de uma forma isenta. A proposta me-receu a concordância de todos os presentes.

Já nos pontos respeitantes à eleição de representantes para a Comissão Nacional de Saúde e para o Conselho Cinegético Municipal, a Dra. Fátima acabaria por ser eleita para o primeiro órgão, em detrimento do Dr. Domingos Lopes e do Sr. Pinheiro de Oliveira, e para o segundo as preferências recaíram maioritariamente sobre o Sr. Cação, presidente da Junta de Freguesia de Valões pelo CDS/PP, em detrimento de Adelino Mota Barbosa e João Barbosa Gomes.

Depois de mais um incidente revelador de falta de respeito para com o órgão por parte de José Cerqueira do PSD, que, depois de lançar documentos no chão, em protesto, abandonou a reunião, para a seguir reentrar e participar nas votações, que João Graça, membro independente do CDS/PP, não deixou passar em claro e que a bancada do PS não deixou de lamentar, o Presidente da Câmara revelou que os presidentes das Juntas de Freguesia estavam convidados para se dirigirem a Lisboa, no dia 5 de Outubro, respondendo a solicitação do presidente Jorge Sampaio, num autocarro fretado pela edilidade.

Porque a ordem de trabalhos não foi cumprida, acabou por ser agendada nova reunião da mesma sessão para 30 de Setembro.

• Lixo continua a reinar impunemente

O ponto respeitante à Discussão e Votação do Regulamento do Complexo de Lazer de Vila Verde revelar-se-ia algo demorado em virtude de uma intervenção da deputada socialista Susana Martins, ao sugerir a alteração na questão da idade jovem, dado o regulamento em análise se referir a jovens com menos de 25 anos, o que, contrariamente ao regulamento das piscinas de Prado, exclui os jovens de 25 anos.

José Cerqueira, do PSD, interveio para manifestar a sua discordância relativamente a um caso e ao outro, porquanto, na sua perspectiva, a idade é exagerada, devendo descer para os 18 anos, até porque existem pessoas com 25 ou menos anos que são empresárias ou têm já profissões bem rentáveis e não se lhe afigura justo que estejam a beneficiar de uma redução de 50%.

Martins Costa lamentou que nas

situações de redução não sejam contemplados desempregados e pessoas que apenas auferem do salário mínimo, bem como outras situações de desfavorecidos e António Estrada concordou também que essas situações de cidadãos desfavorecidos deveriam estar contempladas, pelo que a idade limite de 25 anos acaba por se tornar mais abrangente.

Acabaria por prevalecer a proposta inicial para não ser prejudicada a possibilidade dos utentes beneficiarem o mais breve possível daquelas infraestruturas de lazer, com a condição do regulamento baixar à Comissão Permanente para se encontrar uma solução consensual tendente a futura alteração.

Também o Regulamento sobre Inscrições e Mensagens de Publicidade e Propaganda mereceu o consenso dos presentes, com a sugestão do Professor Amarílio de ser incluída a proibição de colagem de cartazes nas árvores junto às vias públicas e em zonas ajardinadas.

A Proposta da Comissão Permanente de fixar o número de dez presidentes de Junta de Freguesia que irão integrar o Conselho Municipal de Segurança foi unanimemente aceite. Assim, além dos presidentes de Junta das três freguesias urbanas - Vila de Prado, Vila Verde e Pico de Regalados -, devrão ser eleitos dois autarcas da zona Norte, dois do Centro e outros dois do Sul do concelho, assim como um da Ribeira do Neiva.

No período para apresentação de assuntos colocados pelos presidentes de Junta, João Gomes, de Vila Verde, reforçou a sua estupefacção pela não realização da feira em sede própria, enquanto Alamilo Morais, de Esqueiros, apelou a que algo fosse feito em ordem à melhoria da situação do degradado parque escolar concelhio. O autarca de Dossãos, Armindo Pereira, solicitou apoio da Câmara para a realização do processo de recenseamento com vista a fazer face a situações de duplas inscrições que têm surgido.

O Presidente da Câmara justificou a situação da feira com a falta de instalações sanitárias e a necessidade de organizar o recinto, mas em Outubro a feira já deverá funcionar em sede própria. Quanto ao lixo, José Manuel Fernandes asseverou que têm vindo a proceder a várias limpezas nos sítios mais críticos e apelou a que se os presentes tivessem conhecimento de prevaricadores os denunciasses para poderem actuar. Sobre o atraso na revisão do PDM, o autarca invocou problemas de ordem cartográfica.

A questão do lixo suscitou uma intervenção de Alfredo Pedrosa que afirmou não aceitar esta política de "enterrar a cabeça na areia" quando se pretende transformar os membros da Assembleia Municipal em fiscais, sendo claramente conhecidos os prevaricadores, por exemplo, na praca da Botica, apenas não existe é vontade de actuar. ■



SECTOR ENSINO
CRECHES
/EXTERNATOS
/INFANTÁRIOS
ESCOLAS

Comp
Programação de Computadores, Lda.

SECTOR IMOBILIÁRIO
IMOBILIÁRIAS (Mediação)
RENDAS
CONDÓMINIOS
OBRAS

Avenida Infante D. Henrique, 1193-I, Sala E7
4400 Vila Nova de Gaia
TELEF. (02) 379 02 89 / 379 13 87 — FAX: (02) 379 13 87

OFERTA
SOFTWARE DE GESTÃO DE BANCOS

SECTOR LOJISTA
SAPATARIAS
PRONTO-A-VESTIR
PERFUMARIAS
OURIVESARIAS

SECTOR AUTOMÓVEL
OFICINAS
FROTAS
RENT-A-CAR
REBOQUES

OUTROS SECTORES

CLÍNICAS
GABINETES DE CONTABILIDADE
BOMBAS DE GASOLINA
FOTOGRAFIA
QUOTAS: ASSOCIAÇÕES
/COOPERATIVAS
/FACTURAÇÃO
/STOCK'S
/CONTAS CORRENTES
PRODUÇÃO
/LINHAS DE MONTAGEM

REGIONALIZAÇÃO

O referendo do dia 8 de Novembro vai colocar aos portugueses duas questões de cuja resposta depende a instituição ou não das Regiões Administrativas em Portugal, contempladas na Constituição no artigo 236º — “1. No continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas.”

— Na primeira questão, o eleitor irá responder se “Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?”. No fundo terá que responder se está de acordo ou não com a “Lei Quadro das Regiões Administrativas”, ou seja, a Lei nº 56/91, de 13 de Agosto, que define os poderes, a composição e a competência das regiões administrativas, aprovada por unanimidade (PSD, PS, PCP, PP, PRD) na Assembleia da República, de cujo conteúdo aqui damos conhecimento nos seus articulados essenciais, rodeando as disposições iniciais e finais que, asseguramos-lhe, caro leitor, em nada de concreto contribuem para a análise e reflexão do cerne da questão.

— A segunda pergunta do boletim de voto do referendo convida o eleitor a pronunciar-se sobre se “Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?”, tendo por base a Lei de Criação das Regiões Administrativas (Lei nº 19/98, de 28 de Abril), aprovada na Assembleia da República em 26 de Março de 1998 com os votos a favor do PS, PCP e PEV e os votos contra do PSD e PP. Também desta Lei deixamos aqui o articulado que efectivamente interessa aos cidadãos eleitores do conselho de Vila Verde.

LEI QUADRO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS

Artº 1º - Conceito

A região administrativa é uma pessoa colectiva territorial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das populações respectivas, como factor de coesão nacional.

Artº 3º - Órgãos

Os órgãos representativos da região são a **assembleia regional** e a **junta regional**.

Artº 4º - Princípio da subsidiariedade

2. A autonomia regional respeita a esfera de atribuições e competências dos municípios e dos seus órgãos.

Artº 14º - Eleição da assembleia regional

Para que se saiba o que se vai votar no Referendo de 8 de Novembro

2. A eleição dos membros da assembleia regional directamente eleitos (pelos cidadãos recenseados) tem lugar na data da eleição dos titulares dos demais órgãos autárquicos.

3. Os membros das assembleias regionais a eleger pelas assembleias municipais são eleitos, por escrutínio secreto e em simultâneo, por um colégio eleitoral constituído pelos membros das assembleias municipais da mesma área designados por eleição directa.

Artº 17º - Atribuições das regiões

Nos termos a definir na lei de criação de cada região administrativa e no respeito da aplicação do princípio da subsidiariedade, as regiões administrativas detêm, no âmbito da respectiva área territorial, atribuições nos seguintes domínios:

- Desenvolvimento económico e social;
- Ordenamento do território;
- Ambiente, conservação da natureza e recursos hídricos;
- Equipamento social e vias de comunicação;
- Educação e formação profissional;
- Cultura e património histórico;
- Juventude, desporto e tempos livres;
- Turismo;
- Abastecimento público;
- Apoio às actividades produtivas;
- Apoio à acção dos municípios.

Artº 18º - Exercício das atribuições

As regiões administrativas desenvolvem as suas atribuições nos termos da lei e no respeito pelas funções do poder central e dos municípios e pela iniciativa dos cidadãos, com vista à atenuação das assimetrias de desenvolvimento do território do continente.

Artº 19º - Planos de desenvolvimento regional

1. As regiões elaboram e executam planos de desenvolvimento regional e participam na elaboração e execução dos planos nacionais de desenvolvimento económico e social nos termos do sistema orgânico de planeamento.

2. A lei que regule o funcionamento do Conselho Económico e Social deve integrar as regiões na sua composição e prever as modalidades da sua participação nas comissões especializadas.

4. Na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional é obrigatória a audição dos municípios integrantes da região.

Artº 20º - Contratos-programa

1. As regiões podem celebrar contratos-programa com o Governo destinados a definir a realização conjunta de empreendimentos que visem o desenvolvimento regional.

Artº 21º - Transferência dos serviços da administração central

2. A transferência de serviços da administração central para as regiões deve conjugar-se com a transferência de funções por eles prosseguidas e envolve a afectação do respectivo pessoal aos quadros regionais.

CAPÍTULO I

ASSEMBLEIA REGIONAL

Artº 22º - Constituição

1. A assembleia regional é o órgão deliberativo da região administrativa e é constituída por representantes das assembleias municipais, em número de 15 ou 20, e por membros directamente eleitos pelos cidadãos recenseados na área da respectiva região, em número de 31 ou 41, consoante se trate de região com menos de 1,5 milhões de eleitores ou de 1,5 milhões e mais.

(No caso das regiões de Entre-Douro e Minho e Lisboa e Setúbal, as assembleias regionais terão 61 membros, 41 dos quais eleitos directamente pelos cidadãos e 20 eleitos de entre as assembleias municipais; nas restantes regiões cada assembleia regional terá 46 membros, sendo 15 eleitos pelas assembleias municipais)

2. Os membros da assembleia regional são designados deputados regionais.

Artº 24º - Sessões da assembleia regional

1. A assembleia reúne ordinariamente em cada ano durante seis sessões, não excedendo cada sessão o número de quatro reuniões.

Artº 25º - Competências

- Compete à assembleia regional:
 - Eleger a junta regional;
 - Eleger o seu presidente e os secretários;
 - Elaborar e aprovar o seu regimento;
 - Acompanhar e fiscalizar a actividade da junta regional;
 - Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da junta acerca da actividade desenvolvida, informação essa que deve ser enviada, com a antecedência mínima de três dias, reportada à data da sessão, ao presidente da mesa da assembleia, para conhecimento dos seus membros;

f) Participar, nos termos da lei, na formulação das políticas de planeamento e de desenvolvimento regional, de ordenamento do território, de defesa e aproveitamento dos recursos naturais, de ensino e cultura, de fomento agrícola e industrial e de emprego e formação profissional;

g) Exercer os demais poderes conferidos por lei ou regulamento.

2. Compete ainda à assembleia regional, sob proposta ou pedido da junta regional:

- Aprovar o plano de desenvolvimento regional;
 - Aprovar o plano regional de ordenamento do território;
 - Aprovar o plano anual de actividades, o orçamento e as suas revisões;
 - Aprovar o relatório de actividades, o balanço e a conta de gerência apresentados anualmente pela junta regional;
 - Autorizar a junta a outorgar exclusivos e a explorar obras ou serviços em regime de concessão;
 - Aprovar empréstimos, nos termos da lei;
 - Aprovar posturas e regulamentos;
 - Aprovar os símbolos heráldicos da região, nos termos da legislação própria;
 - Estabelecer, nos termos da lei, o quadro de pessoal dos serviços da região;
 - Autorizar a junta a alienar em hasta pública, adquirir e onerar bens imóveis cujo valor seja igual ou superior ao limite que tiver fixado e ainda, nos termos da lei, bens ou valores artísticos da região, independentemente do seu valor;
 - Definir o regime de participação dos municípios na elaboração dos planos regionais e no estabelecimento das redes regionais de equipamentos sociais e de infra-estruturas;
 - Aprovar taxas e tarifas;
 - Designar os representantes da região nos órgãos sociais das empresas em que a região tenha participação;
 - Autorizar a junta a celebrar com o Governo Protocolos de transferência ou de delegação de competências para a região e com os municípios acordos de cooperação e de delegação de competências administrativas da junta regional.
3. As propostas da junta regional não podem ser alteradas pela assembleia nas matérias referidas nas alíneas b), c), f), i), j) e m) do número anterior.

4. A proposta da junta regional referida na alínea a) do nº 2 só pode ser alterada se dessa alteração não resultar aumento de encargos.

CAPÍTULO II JUNTA REGIONAL

Artº 26º - Constituição

1. A junta regional é o órgão executivo da região administrativa, constituído por um presidente e por vogais, em número de seis nas regiões com 1,5 milhões ou mais de eleitores (Entre-Douro e Minho e Lisboa/Setúbal) e em número de quatro nas regiões restantes.

2. Compete ao presidente da junta regional representar a região.

Artº 27º - Eleição

1. A eleição da junta regional é feita segundo o sistema de representação maioritária, por escrutínio secreto e pos listas plurinominais, na primeira sessão da assembleia regional e de entre os seus membros.

2. O presidente da junta regional é o primeiro elemento da lista mais votada.

3. Os membros eleitos para a junta regional ficam com o mandato suspenso na assembleia regional.

Artº 28º - Substituição dos eleitos

Os deputados regionais eleitos para a junta serão substituídos na assembleia enquanto durar a suspensão pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista ou pertencente ao mesmo partido, em caso de coligação, ou pelo respectivo substituto, se se tratar de deputado eleito pelo colégio a que se refere o nº 1 do artigo 22º.

Artº 29º - Moção de censura

1. A assembleia regional pode votar moções de censura à junta regional, por iniciativa de um quarto dos seus membros em efectividade de funções.

2. A aprovação de uma moção de censura por maioria absoluta dos deputados regionais em efectividade de funções implica a demissão da junta e a realização, no prazo máximo de 30 dias, de nova eleição.

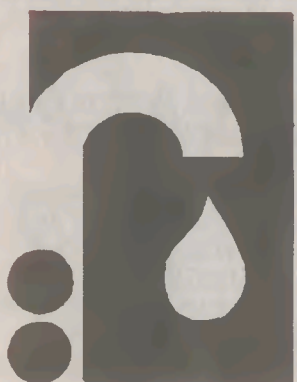
3. Se a moção de censura não for aprovada, os seus signatários não podem apresentar outra no decurso do mesmo mandato autárquico.

Artº 30º - Demissão da junta regional

Implicam a demissão da junta:

- O início de novo mandato;
- A demissão do presidente da junta;
- A morte ou a impossibilidade física demorada do presidente da junta;
- A aprovação de uma moção de censura;
- A perda de quorum.

(Continua na pág. seguinte)



PICHELARIA CÁVADO, LDA.

AQUECIMENTO CENTRAL

ESTUDO E MONTAGENS

PISCINAS E BOMBAS

LUGAR DO FAIAL - VILA DE PRADO - 4730 VILA VERDE - TELEF. 921593 - FAX 922646

(Cont. da pág. anterior)

Artº 31º - Competências

1. Compete, nos termos da lei, à junta regional, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento regional:
 - a) Promover a elaboração do plano de desenvolvimento regional a apresentar à assembleia regional;
 - b) Promover a elaboração do plano regional de ordenamento do território a apresentar à assembleia regional e submetê-lo a ratificação;
 - c) Executar o plano de desenvolvimento regional e os programas integrados de desenvolvimento regional;
 - d) Dar parecer sobre os planos directores municipais;
 - e) Promover a construção de infra-estruturas, equipamentos e outros investimentos públicos de nível regional;
 - f) Promover a cooperação intermunicipal em sectores de interesse comum, designadamente coordenando a participação dos municípios da região em empreendimentos intermunicipais;
 - g) Constituir um banco de dados de apoio à gestão municipal e ao fomento das actividades produtivas;
 - h) Participar nos órgãos de gestão das bacias hidrográficas e das áreas protegidas;
 - i) Solicitar a declaração de utilidade pública das expropriações e a tomada de posse administrativa dos imóveis necessários a obras de iniciativa da região ou das empresas públicas regionais;
 - j) Outorgar os contratos necessários à execução dos planos aprovados pela assembleia regional;
- l) Exercer os demais poderes conferidos por lei, regulamento ou deliberação da assembleia regional.
2. Compete à junta regional, no âmbito do funcionamento dos serviços e da gestão corrente:
 - a) Elaborar o programa anual de actividades, o balanço e a conta a apresentar à assembleia regional;
 - b) Elaborar e apresentar à assembleia regional o orçamento da região e as suas revisões e proceder à sua execução;
 - c) Superintender nos serviços regionais e na gestão e direcção do pessoal ao serviço da região;
 - d) Modificar ou revogar os actos praticados por funcionários regionais;
 - e) Outorgar contratos necessários ao funcionamento dos serviços;
 - f) Estabelecer, nos termos da lei, as taxas e as tarifas a cobrar pelos serviços prestados e fixar o respectivo montante;
 - g) Instaurar pleitos e defender-se

neles, podendo confessar, desistir ou transigir, se não houver ofensa de direitos de terceiros;

- h) Promover todas as acções necessárias à administração corrente do património da região e à sua conservação;
- i) Preparar e manter actualizado o cadastro dos bens imóveis da região;
- j) Alienar em hasta pública, independentemente da autorização da assembleia regional, bens imóveis ainda que de valor superior ao estabelecido pela assembleia regional, desde que tal alienação decorra da execução do plano de actividades e a respectiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros da junta regional em efectividade de funções;
- l) Aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário;
- m) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e a organismos legalmente existentes que possam na região fins de interesse público.

FINANÇAS REGIONAIS**Artº 34º - Autonomia financeira das regiões**

1. As regiões têm património e finanças próprias, cuja gestão compete aos respectivos órgãos.
2. De acordo com o regime de autonomia financeira das regiões, podem os respectivos órgãos:
 - a) Elaborar, aprovar e alterar planos de actividades e orçamentos;
 - b) Elaborar e aprovar balanços e contas;
 - c) Dispor de receitas próprias, ordenar e processar as despesas e arrecadar as receitas que por lei forem destinadas à autarquia;
 - d) Gerir o património da autarquia.

Artº 38º - Receitas

- Constituem receitas das regiões:
- a) O produto do lançamento de derramas regionais, nos termos da lei;
 - b) As participações atribuídas no âmbito dos contratos-programa;
 - c) O produto da cobrança de taxas e tarifas pela prestação de serviços pela região;
 - d) O produto da venda de serviços a entidades públicas ou privadas;
 - e) O rendimento de serviços da região, por ela administrados ou dados em concessão;

REGIÕES ADMINISTRATIVAS REFERENDADAS

- f) O rendimento do património próprio;
- g) O produto de alienação de bens;
- h) O produto de multas e coimas fixadas pela lei ou regulamento;
- i) O produto de empréstimos, nos termos da lei;
- j) O produto de heranças, legados, doações e outras liberalidades a favor das regiões;
- l) Uma participação no produto das receitas fiscais do Estado, a fixar, nos termos da lei, em função do esforço financeiro próprio da região e no respeito do princípio da solidariedade nacional;
- m) Outras receitas estabelecidas por lei a favor das regiões.

GOVERNADOR CIVIL REGIONAL**Artº 40º - Nomeação**

Junto de cada região administrativa existe um governador civil regional nomeado em Conselho de Ministros.

Artº 41º - Competências

1. Compete ao governador civil regional, como magistrado administrativo:
 - a) Representar o Governo na área da região;
 - b) Informar o Governo acerca de quaisquer assuntos de interesse

- para a região;
- c) Verificar, no exercício dos seus poderes de tutela, o cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos;
- d) Promover a realização e inquéritos, se necessário através dos serviços de administração central, à actividade dos órgãos autárquicos e respectivos serviços, a pedido dos respectivos órgãos deliberativos, aprovado pela maioria dos membros em efectividade e funções;
- e) Fixar a data das eleições intercalares dos órgãos das autarquias locais;
- f) Proceder às diligências que se revelarem necessárias tendo em vista a solução de conflitos de competências entre órgãos autárquicos da região.

2. Compete ao governador, como autoridade policial:

- a) Tomar as providências necessárias para manter a ordem e a segurança públicas;
- b) Dirigir, em colaboração com a junta regional, o serviço regional de protecção civil e definir os respectivos programas;
- c) Exercer, quanto a reuniões e manifestações públicas, as atribuições que lhe forem conferidas por lei;
- d) Conceder passaportes, nos termos das leis e regulamentos, e visar os que para esse fim lhe forem

- apresentados;
- e) Requisitar a intervenção das forças policiais, aos comandantes da PSP e da GNR, instaladas na região para a manutenção da ordem e cumprimento da lei;
- f) Conceder licenças policiais que não sejam da competência do Governo, das juntas regionais, das câmaras municipais ou dos seus presidentes;
- g) Elaborar regulamentos obrigatórios em toda a região sobre matérias da sua competência policial que não sejam objecto de lei ou regulamento geral, a publicar no Diário da República, após aprovação do Governo;
- h) Exercer as competências até agora atribuídas aos governadores civis por lei ou regulamento.

3. Compete ainda ao governador civil regional:

- a) Dirigir e coordenar os serviços do governo civil regional, nos termos da respectiva lei orgânica;
- b) Superintender na gestão e direcção do pessoal do governo civil regional;
- c) Exercer a competência que lhe for delegada pelo Conselho de Ministros, pelo Primeiro-Ministro e pelos ministros;
- d) Exercer os demais poderes que lhe forem conferidos por lei ou regulamento.

4. O governador civil regional pode delegar nos vice-governadores regionais a competência definida no nº 2 do presente artigo.**Artº 42º - Vice-governadores civis regionais**

Cada governador civil regional pode ser coadjuvado, no exercício das suas funções, por vice-governadores civis regionais, nomeados em Conselho de Ministros, em número a definir por decreto-lei.

LEI DE CRIAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS**Artº 2º - Regiões administrativas**

As regiões administrativas no Continente são as seguintes:

- a) Região de Entre Douro e Minho;
- b) Região de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- c) Região da Beira Litoral;
- d) Região da Beira Interior;
- e) Região da Estremadura e Ribatejo;
- f) Região de Lisboa e Setúbal;
- g) Região do Alentejo;
- h) Região do Algarve.

Artº 3º - Região de Entre Douro e Minho

A região administrativa de Entre Douro e Minho abrange a área dos seguintes municípios, incluídos nos distritos de Viana do Castelo, de Braga, do Porto, de Aveiro e de Viseu.:

- a) Distrito de Viana do Castelo: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira;
- b) Distrito de Braga: Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde;
- c) Distrito do Porto: Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Marco de Canaveses, Matosinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia;
- d) Distrito de Aveiro: Espinho e Castelo de Paiva;
- e) Distrito de Viseu: Cinfães.

AS PERGUNTAS DO REFERENDO

Concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas?

Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?

- Ligeiros
- Pesados
- Motociclos

VILA DE PRADO
4730 Vila Verde
Telef. Escola 921215
Resid. 71552

ESCOLA DE CONDUÇÃO**VERDE MINHO**

GERÊNCIA DE: JOSÉ FERREIRA & FONTES

Trata de toda a documentação p/ condutores e automóveis

Formação e atendimento rápido para emigrantes

O QUE PENSAM OS NOSSOS POLÍTICOS

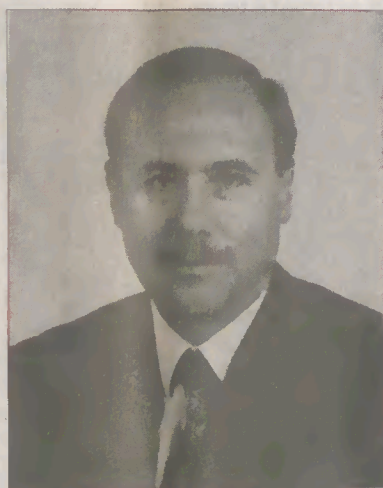
A minha opinião sobre a regionalização não resulta de qualquer interesse partidário, mas tão-só da convicção de que a reforma administrativa que ela vai potenciar gera, por certo, um melhor aproveitamento dos recursos e um desenvolvimento integrado, mais solidário. Com a regionalização as assimetrias entre as zonas do interior, menos desenvolvidas, e do litoral deixarão de existir.

Por outro lado, se não houver regionalização, Portugal perderá ajudas da Comunidade Europeia. É que os Quadros Comunitários de Apoio assentam numa lógica regionalista. Os destinatários, ou seja, os países que constituem a Comunidade Europeia, com excepção de Portugal e da Grécia, estão estruturados em regiões. Por isso

existe na Comunidade Europeia um órgão chamado Comité das Regiões.

O desejado desenvolvimento do concelho de Vila Verde e as suas populações, que têm vindo a receber substanciais apoios económico-financeiros em quase todos os investimentos realizados, em todos os sectores de actividade, iriam sentir-se, se o "Sim" à regionalização não vencesse no dia 8 de Novembro próximo.

Não compreendo a incoerência e a falta de seriedade do PSD e do CDS/PP que, em 1991, aprovaram, por unanimidade, juntamente com o PS e o PCP, na Assembleia da República, a Lei Quadro das Regiões Administrativas e hoje aconse-



lham o "Não" às regiões. Mas é confortável ler, ouvir e ver

autarcas e figuras de relevo nacional do PSD e do CDS/PP manifestarem a sua seriedade e coerência de princípios, dizendo "Sim" à regionalização.

Regionalizar não é retalhar o país; não é criar mais impostos, não é criar mais "tachos".

Com a regionalização reforça-se a unidade do País.

Com a regionalização, os dirigentes regionais são eleitos pelo povo da região, enquanto que agora são nomeados e dependem do Governo, o que traz grandes inconvenientes. Antes do 25 de Abril, as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais também eram nomeadas pelo Governo; agora são eleitas pelo povo

das freguesias e dos concelhos, com os benefícios que todos conhecem.

Com a regionalização, vai promover-se um desenvolvimento mais harmonioso, mais solidário e mais justo do País, com vantagens para as terras do interior.

Com a regionalização, vai contribuir-se para a afirmação, reforço e participação das freguesias e dos municípios na gestão dos dinheiros públicos, através dos representantes das Assembleias Municipais.

Com a regionalização vai-se aumentar a capacidade e o poder negocial junto da União Europeia, facilitando a obtenção de fundos europeus.

A regionalização é, por tudo isto, uma causa nobre pela qual vale a pena lutar.

José Rodrigues Martins - PS

É fácil pôr-se a correr que a vizinha do lado se deita com o padeiro ou que o taxista da freguesia trafica droga. Mais difícil é provar a inocência dos atingidos por tais calúnias que não deixarão de inspirar dúvidas mesmo nos espíritos mais bem formados. E mais difícil ainda é combater tais calúnias junto de quem não conhece o padeiro, a vizinha e o taxista.

É hoje notório que a campanha em torno da regionalização tem sido marcada pelas posturas substancialmente diferentes dos que defendem o não e dos que defendem o sim. Os primeiros agitando fantasmas, destilando suspeitas, inculcando receios, lançando a confusão, tirando partido (o que é gravíssimo) da ignorância das populações. Os defensores do sim, por outro lado, gastando boa parte das suas energias a tentar combater tais venenos e outras tantas a tentar expor aos cidadãos aquilo que caberia ao Estado e à comunicação social divulgar: a lei quadro das regiões administrativas e, objectivamente, a verdade daquilo sobre que vão ter que se pronunciar no dia 8 de Novembro.

Na impossibilidade de transcrever aqui a lei quadro das regiões, permito-me pôr à vossa reflexão os seguintes cinco pontos que dela extraí à mão livre e que me parecem da

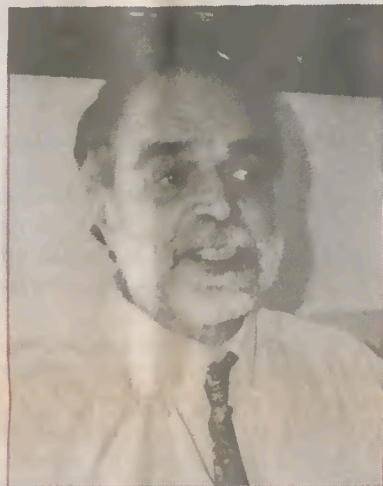
SIM, SIM, NUNCA DIGAS QUE NÃO!

maior importância para os vilaverdenses:

1- A regionalização que nos é proposta não mexe com as actuais competências nem com os dinheiros e meios dos municípios. As Câmaras Municipais e as Assembleias Municipais mantêm intactas as suas atribuições e a sua autonomia.

2- As atribuições que passam do poder central para as regiões referem-se exclusivamente aos seguintes domínios: desenvolvimento económico e social; ordenamento do território; ambiente, conservação da natureza e recursos hídricos; equipamento social e vias de comunicação; educação e formação profissional; cultura e património histórico; juventude e tempos livres; turismo; abastecimento público; apoio às actividades produtivas e apoio à acção dos municípios.

3- A Assembleia Regional, órgão deliberativo de cada região, será eleita de um modo algo semelhante àquele que vigora actualmente para a eleição das Assembleias Municipais. Para a região Entre Douro e Minho, a nossa, 41 dos membros serão eleitos directamente pelos cidadãos e 20 serão eleitos pelas Assembleias Municipais.



4- É objectivo das regiões (expresso na lei) a atenuação das assimetrias de desenvolvimento do território do continente.

5- Para além de variados tipos de receitas próprias, o financiamento das regiões far-se-á através de uma participação das receitas do Estado, tendo em conta o esforço financeiro de cada região e o princípio da solidariedade nacional.

Dos pontos que acabo de citar ressalta nomeadamente que concelhos como Vila Verde com o conjunto de municípios que se lhe asseme-

lham nas carências, na falta de meios e na falta de peso político, passarão a ter indubitavelmente uma força considerável no seio da Assembleia Regional.

A força bastante para fazerem adoptar medidas ou programas destinados a combater problemas comuns que passariam a valer pela sua importância regional, deixando de constituir um mero rosário de penas municipais e isoladas que o poder central vai tentando contentar desconcertadamente, uma a uma, e ao sabor das suas prioridades do momento.

Há que ter a consciência de que, para o poder central, Vila Verde, isoladamente, nunca será uma prioridade. Como nunca o serão Amares, Ponte da Barca, Cabeceiras, Terras de Bouro, Arcos de Valdevez, etc...

E sem regionalização, é evidente que tudo ficará como até aqui, e cada vez mais, com a cara alegre e tonta de quem julga progredir sem se dar conta de que quando aqui avançamos um palmo outros avançam dois passos.

Gostaria, a propósito, de lembrar, algumas das "botas" regionais que não conseguimos ainda descalçar com

a suposta ajuda do poder central: a Ponte de Prado, o aterro sanitário (ou solução alternativa), o nó de ligação à auto-estrada na zona sul do concelho e, na zona norte, a quase lendária estrada nacional 307.

Estariamos ainda hoje à espera destas obras fundamentais e de incontestável interesse regional se a regionalização existisse e tivesse a idade que tem a nossa espera? Que lhes parece?

Custa-me pois ver alguns dos autarcas de Vila Verde torcer o nariz à regionalização pondo as suas estratégias partidárias à frente dos interesses do concelho, da região e do país, e agravando as responsabilidades no atraso que já lhes devemos.

A proposta de regionalização que nos é apresentada pode não ser a dos meus sonhos mas é, sem dúvida, mais que suficientemente boa para merecer o nosso sim. Por mim, considero de tal importância e de tal urgência a instituição das regiões que mesmo que a proposta fosse pior provavelmente continuaria a dizer que sim.

Finalmente, gostaria de pedir aos vilaverdenses que entendessem que em caso de vitória do não, não haveria vencedores. Num concelho como Vila Verde, só haveria vencidos.

Arlindo Fagundes - CDU

A lição da História diz-nos que a tradição portuguesa em termos de divisão administrativa do país assenta nos municípios e nas freguesias. Após o 25 de Abril de 1974, com o reforço do poder local, têm sido estes dois órgãos verdadeiros motores do desenvolvimento, cumprindo uma ligação directa e afectiva com os munícipes.

A regionalização que agora nos é proposta é artificial, nada tem a ver com a tradição administrativa, vai servir apenas para criar um órgão intermédio de poder, com a consequente burocracia, promovendo uma nova classe política, aumentando taxas e impostos, agravando as assimetrias regionais, sem benefícios reais para a população.

No entanto, a fazer-se, a regionalização só teria sentido em torno de um amplo consenso nacional, mas até os regionalistas mais convictos hesitam quanto ao número de regiões a instalar e quanto à sua divisão. Mais do que um factor de unidade, a regionalização irá exacerbar pequenas guerras, pequenos

REGIONALIZAÇÃO VS MUNICIPALISMO

odios há muito diluídos no território nacional.

Só os políticos é que falam em regionalização e sobretudo os Presidentes de Câmara que já estão cansados do poder autárquico.

O povo não sente a necessidade de regionalizar embora sinta e exija a descentralização.

Assim, só resta ao cidadão português, no próximo dia 8 de Novembro votar "não" no referendo da regionalização.

Esta regionalização foi criada para servir clientelas partidárias do PS e do PCP e que a ser instituída, irá debilitar a coesão nacional, provocar o aumento da despesa pública e dos impostos, agravar as assimetrias de desenvolvimento entre o litoral e o interior, favorecer novos bairrismos e potenciar conflitos. Se hoje se acusa os governos de favorecer Lisboa, fazendo na capital os grandes investimentos, na improvável região de Entre Douro e



Minho, os investimentos seriam feitos no Porto, pois como se sabe existe uma lógica de conquista de votos e, por isso, os investimentos centram-se nas áreas mais populacionais. É por isso que o argumento socialista de que esta regionalização irá diminuir as assimetrias é uma grande falácia. Alguém imagina que

o presidente de um governo regional irá prescindir dos investimentos a que tem direito na sua região para favorecer uma região mais carenciada? Nunca o fará, sob pena de ser penalizado pelos votantes da sua região. Por isso é fácil concluir que as assimetrias regionais serão diminuídas por uma acção concertada de um governo central e principalmente por uma verdadeira descentralização de competências para os municípios com a correlativa contrapartida financeira.

Há vários anos que defendo que o reforço do municipalismo é a melhor estratégia para um verdadeiro desenvolvimento local e nacional. São os municípios e freguesias que melhor conhecem as necessidades das suas populações, são estes que criam as infraestruturas necessárias para o progresso efectivo das pessoas. É fundamental que as autarquias recebam novas atribuições nos domínios da habitação, da saúde pública,

acção social, ambiente e saneamento básico, transportes e comunicações, educação e cultura, ordenamento do território, urbanismo e cooperação externa. Tenho a certeza que feita essa descentralização económica as necessidades das populações será mais efectiva e eficaz. Importante ainda é reforçar o peso das associações de municípios, estruturas já montadas e que necessitam de uma maior descentralização e autonomia para prestarem um serviço mais eficaz.

Como autarca sei bem o quanto é difícil conseguir do Governo as verbas para os grandes investimentos no meu concelho, mas tenho consciência que com a criação das regiões esses investimentos seriam uma miragem, veria crescer os concelhos com mais população porque renderiam mais votos e Vila Verde veria o seu crescimento constantemente adiado.

Por isso, por convicção e por Vila Verde, no próximo dia 8 de Novembro só poderei votar "Não e Não" a esta regionalização.

José Manuel Fernandes - PSD

Na área pedagógica de Moure

DOCENTES CRIAM AGRUPAMENTO ESCOLAR

A Direcção Regional de Educação do Norte homologou a constituição do primeiro agrupamento de escolas do concelho de Vila Verde, designadamente o das Escolas da Zona de Moure.

O processo da criação do Agrupamento de Escolas da Zona de Moure remonta a Outubro de 1997, tendo sido despoletado por Daniel Faria, professor do Quadro Geral colocado na Escola de Lousa, em Arcozelo - Vila Verde, mas a exercer funções em regime de requisição no sector técnico-pedagógico do Centro de Área Educativa (CAE) de Braga.

O projecto de constituição do agrupamento por si idealizado abrangia todas as escolas da recém-criada área pedagógica da Escola EB 2,3 de Moure, que acabava de entrar em funcionamento, constituída pelas freguesias de Moure, Arcozelo, Atiães, Carreiras S. Tiago e S. Miguel, Escariz S. Mamede e S. Martinho, Freiriz, Lage, Marrancos, Moure e Parada de Gatim.

Informados e ouvidos todos os professores do 1º ciclo e os educadores dos Jardins de Infância desta área, a proposta da constituição do Agrupamento de Escolas da Zona de Moure acabou por registar uma adesão quase unânime dos treze Conselhos Escolares. Apenas o de Moure rejeitou a proposta, optando por vir a integrar no futuro o agrupamento vertical da Escola EB 2,3 de Moure, após a fase de instalação deste estabelecimento de ensino, que termina no final do ano lectivo em curso. Também o Conselho Escolar da Lage, acabou por vir a desvincular-se do agrupamento, optando igualmente por futuramente se associar à EB 2,3 de Moure.

Designada uma Comissão Provisória constituída pelo mentor desta iniciativa, o professor pradense Daniel Faria, pela sua conterrânea Professora Maria Aurora Peixoto, a leccionar na Escola de Palmaz-Parada de Gatim, e pela Professora Maria da Conceição Alves, de Moure, pertencente ao Quadro Geral da Escola de S. José - Freiriz, avançou-se no sentido da formalização definitiva e solidamente sustentada da proposta de criação do Agrupamento, que integrava então os seguintes estabelecimentos de ensino, integrando 33 docentes, 436 discentes e 15 auxiliares:

- 1º ciclo: Lousa - Arcozelo; Igreja; Carreiras S. Miguel - Cachada; Carreiras S. Tiago - Barreiro; Escariz S. Mamede - Barrosa; Escariz S. Martinho - Igreja; Freiriz - S. José; Marrancos - Ordem; Parada de



Os professores promotores do Agrupamento: Daniel Faria, Maria da Conceição Alves e Maria Aurora Peixoto.

Gatim - Palmaz;

- Jardins de Infância: Carreiras S. Tiago - Barreiro; Escariz S. Martinho - Igreja; Freiriz - S. José; Marrancos - Ordem; Parada de Gatim - Palmaz.

As Juntas de Freguesia, Câmara Municipal, Centro da Área Educativa, de Formação de Professores, Associação do Centro de Recursos e Apoio Pedagógico, Delegação Escolar, EB 2,3 de Moure e Pais/Encarregados de Educação também foram envolvidos neste processo através de inúmeras reuniões de trabalho.

Publicado o Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, foi finalmente apresentada formalmente a proposta de constituição do Agrupamento de Escolas da Zona de Moure, que acabou por merecer o aval do Director Regional de Educação do Norte, por despacho datado de 17 de Setembro. Mas antes que tal acontecesse já a Comissão Provisória havia apresentado uma candidatura, via Centro de Formação de Professores de Vila Verde; à realização de um Círculo de Estudos e uma outra ao Instituto de Inovação Educacional, com custos estimados em 1.500 contos, a que preside o objectivo da transformação das escolas em "centros educativos responsáveis pela contextualização / diferenciação e avaliação dos seus projectos e práticas educativas, organizativas e curriculares".

Homologado o Agrupamento horizontal, assim designado por ser constituído por estabelecimentos do mesmo nível de ensino, entende a sua Comissão Promotora que estão reunidas as condições para que se avance no sentido de uma "viragem substancial no que toca à organização e gestão das escolas do 1º CEB e Jardins de Infância envolvidas", que, no fundo, é convicção expressa do Professor Daniel Faria, dilua progressivamente o estatuto de "parente pobre" da Educação que sempre esteve subjacente ao ensino pré-es-

colar e do 1º ciclo do Ensino Básico.

No dia 9 de Outubro, teve lugar, na Escola de S. José, em Freiriz, a eleição da Comissão Executiva Instaladora do Agrupamento, acabando por ser eleita a única lista concorrente, integrada precisamente pelos três professores que já compunham a Comissão Promotora: Daniel Faria, Maria da Conceição Alves e Maria Aurora Peixoto. Apenas um dos 63 elementos que constituíam o caderno eleitoral, entre professores, auxiliares acção educativa, pais/encarregados de educação, autarcas, representantes das forças vivas, não comparecem ao acto eleitoral, obtendo a lista eleita 47 dos votos (76%) entrados na urna.

A Comissão Executiva eleita mostra-se disposta, "com grande entusiasmo e com o mesmo espírito de sempre", a criar toda as condições que "permitam construir a tão desejada autonomia, contando, como é evidente, com a participação de todos de forma responsável" na execução do seu plano de acção, que passa agora pela designação de uma equipa para elaboração do Regulamento Interno, e pela eleição de uma Associação Constituinte que terá de o aprovar até 31 de Dezembro deste ano.

Posteriormente, terá de ser assegurada até 30 de Abril de 1999 a eleição da Assembleia do Agrupamento, e até 31 de Maio a do Conselho Executivo ou Director, que assegurará a gestão do Agrupamento por um mandato de 3 anos.

Durante este período, mostra-se ainda a Comissão Executiva Instaladora disposta, no âmbito da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial que a legislação em vigor lhe comete, a "promover o sucesso escolar e educativo dos alunos em todas as vertentes e a participação de toda a comunidade educativa, individualmente ou através dos respectivos representantes."

Caminho e droga motivam protestos em Cabanelas

Moradores do mediático lugar de Regalde, em Cabanelas, mostram-se revoltados pelo alheamento revelado pelos órgãos autárquicos locais face à sua pretensão de ver alargado e melhorado um caminho de acesso.

Trata-se de um caminho em terra batida que faz a ligação entre aquele lugar residencial e a estrada municipal que liga a Vila de Prado a Parada de Gatim. Os moradores queixam-se da inoperância da Junta de Freguesia, lembrando que "os confrontantes do caminho em causa já há muito tinham autorizado o seu alargamento para que a circulação fosse mais fácil".

Os reclamantes consideram ser mais do que tempo que a autarquia proceda ao alargamento e pavimentação do caminho, de poucas centenas de metros, tendo mesmo marcado presença na última Assembleia de Freguesia, munidos de um abaixo-assinado, para fazer valer as suas reivindicações. Queixam-se, porém, de não terem sido devidamente atendidos naquele órgão deliberativo, afirmando mesmo em comunicado que foram, inclusivé, "pressionados a abandonar a Assembleia, não obtendo por parte desta qualquer deliberação sobre a pavimentação do caminho".

Em face disso, voltaram-se para a Câmara Municipal no sentido de conseguirem ver concretizados os seus anseios, esperando não ter que suportar os transtornos que o mau estado do caminho acarretam sobretudo no Inverno que se aproxima.

Por outro lado, alertam ainda as entidades competentes para "o aumento do trânsito de toxicodependentes" naquele lugar, bem conhecido de todos pela existência dos acampamentos ciganos, que num passado bem recente motivaram rusgas policiais e acesos protestos populares. Os moradores daquele lugar mostram-se preocupados com um alegado recrudescimento do tráfico naquela degradada zona.

Lavradeiras de Parada foram a Itália

O Grupo Folclórico das Lavradeiras de Parada de Gatim participou no 20º Festival Internacional de Folclore, entre os dias 6 e 17 de Agosto, na cidade italiana de Motta San Giobanni, no Sul de Itália, juntamente com mais oito grupos, oriundos do Peru, Eslováquia, Bolívia, México, Costa do Marfim, França, Portugal e Itália.

Tivemos actuações de grande gabarito e grandeza, numa verdadeira demonstração dos usos e costumes, danças e cantares da zona sul do nosso concelho e obviamente de Portugal, nas cidades de Motta S. Anastasia (Sicília), Taurianova, Bagnara, S. Roberto, Varapodio, S. Alessio, Palmi, Lazzaro e Giffone. Esta deslocação à Itália, já pela segunda vez, foi uma forma privilegiada de recompensa pelo sacrifício a que se prestam os elementos do Grupo durante toda uma época, para além de constituir um indelével contributo para o engrandecimento e prestígio deste. Para além de tornar possível o conhecimento de novas terras e da cultura das gentes italianas, assim como a criação de laços de amizade entre dois povos, constituindo-se o folclore pródigo nesse campo. A partida deu-se no dia 3, pelas 2 horas da madrugada. Durante a viagem passamos por lugares de rara beleza, como a zona de Côte d'Azur, visitando de relâmpago o Mónaco.

Regressámos no dia 18, com paragem obrigatória em Roma para uma visita ao Vaticano - Catedral e Museu. Uns pela primeira, outros pela segunda vez, todos ficaram maravilhados com a grandiosidade, riqueza, beleza e encanto da Catedral e Museu, especificamente da Capela Sistina. Uma visita que ficará para sempre na nossa recordação e que se deve ao apoio da Câmara Municipal de Vila Verde e à delegação de Braga do Instituto Português da Juventude - PAAJ.

Mais uma vez "As Lavradeiras de Parada de Gatim" souberam honrar e salvaguardar a autenticidade do folclore, o embaixador por excelência da cultura popular de Vila Verde.

O Grupo prepara-se entretanto para comemorar três décadas de existência, estando prevista para o ano a realização de dois festivais de folclore, um na Vila de Prado, onde tem tido lugar, e outro em Parada de Gatim. Entre várias actividades que estão na mente dos dirigentes do Grupo, será especialmente prestado reconhecimento público ao meritório trabalho que o fundador Adelino Pinto tem desenvolvido em prol do engrandecimento do Grupo. Também está projectado um trabalho de investigação dos moinhos e azenhas do rio Poriço, para além de um levantamento dos espigueiros concelhios.

Estamos ainda empenhados na criação de uma escola de dança folclórica e de instrumentos de corda, para alunos de Parada, cuja idade se situe entre os 8 e 12 anos, e ainda de duas equipas de futebol, uma masculina e outra feminina.

Jesuino Pinto



Comércio de Máquinas e Alfaias Agrícolas, L.da

Stand e Exposição Gerência de Abel José Mota Alves VILA VERDE

Representante das Máquinas Agrícolas INTERNACIONAL CASE - PASQUALI COMPRA E VENDA DE MÁQUINAS USADAS

Escritório: Talhós Pico de Regalados Telef. 32289 4730 VILA VERDE

PASTELARIA S. SEBASTIÃO

FABRICO DIÁRIO DE PASTELARIA FINA

BOLOS DE NOIVA - BAPTIZADOS COMUNHÕES - ANIVERSÁRIOS

VILA DE PRADO - 4730 VILA VERDE TELEF. 921 657

CARTA AO DIRECTOR

Prédio de Prado motiva apelo de um leitor

O prédio que se encontra em fase de acabamento em Prado, a Sul da Estrada Nacional nº 205, junto da rotunda, tem sido objecto de críticas na imprensa local e, bem assim, pela população e não só.

Quanto aos alinhamentos com a estrada, a situação está clarificado pelo Snr. Subsecretário de Estado das Obras Públicas em seu despacho de 07.04.954 que foi confirmado em 19.08.997 pelo Snr. Secretário de Estado das Obras Públicas (cfr. Diário da República, II Série, nº 96, de 24.04.098, pags. 5447). De acordo com estes despachos a linha limite de implantação de fachadas é de 12 metros contados do eixo da via da mesma estrada.

Foi respeitado esse limite?

Quanto ao número de pisos e enquadramento ambiental deve ter imperado o "bom" gosto da Câmara Municipal de Vila Verde já evidenciado noutros prédios situados na Vila de Prado e a sul da mesma estrada nº 205.

Parece claro que não foram acautelados interesses difusos nomeadamente no que respeita a bens de culto por causa dos acessos às garagens.

Os locais destinados a cargas e descargas e estacionamento, desenhados à margem da estrada, se comparados com as áreas licenciadas para as actividades económicas e residentes são ineficazes.

"EDUCAÇÃO E CIDADANIA - O SUPERIOR SOBERANO -" é o título de um artigo publicado no JN, de 11.09.98, do Mestre e professor de Filosofia João Batista Magalhães com o qual concordo inteiramente e donde destaco:

"... fica-nos um património ambiental e urbanístico delapidado pela picareta e cimento armado. Por todo o lado... também em muitas vilas e aldeias, crescem os mamarrachos, ficando, pela ostensiva desordem urbanística, a suspeita de uma profunda cumplicidade entre empreiteiros e autarcas."

Depois de aludir aqueles que oficialmente falam do ambiente para se referirem a factores biológicos e ecológicos mas que põem os olhos na ruptura e perda de identidade urbanística que se vive na maior parte das populações portuguesas em crescimento, termina assim:

"...mas a nossa própria identidade cultural pode ser perdida com a lógica do máximo lucro no mínimo espaço e sempre ocupando espaços. Tal lógico é a lógica do pato-bravo que rapidamente enriquece nas nossas vilas e cidades. Se todos os planeamentos são constantemente pervertidos em função de tal lógica, teremos de perguntar: será que o pato-bravo se torna no nosso superior soberano?!..."

A verdade é que vem imperando essa lógica.

Nada há a fazer?

Do Código de Procedimento Administrativo (artº 53º) aprovado pelo Decreto-Lei nº 442/91, de 15.11.e, num âmbito mais vasto, do disposto na Lei nº 83/95 de 31.08, que confere o direito de acção popular para a prevenção, cessação ou perseguição judicial das infracções contra a saúde pública, o ambiente, a qualidade de vida, a protecção do consumo de bens e serviços, o património cultural e o domínio público, terá de concluir-se que as associações, sem carácter político ou sindical, têm legitimidade interventiva sempre que estes valores sejam violados.

Assim sendo, APELA-SE às pessoas que gostam da Vila de Prado para se organizarem REGULARMENTE em ordem a obterem a indispensável legitimidade para, quando for caso disso, atacarem judicialmente situações de violação ligadas aos referidos valores, ou seja, em síntese, atacarem a violação de "interesses legalmente protegidos" e "interesses difusos de que sejam titulares os residentes".

Julgo que, além do mais, os estatutos da associação deverão prever a elaboração de protocolos com as autarquias e outras entidades de forma a criar-se um clima de bom entendimento e colaboração, privilegiando sempre que possível o diálogo construtivo.

Por outro lado, deverá a associação procurar atrair, incentivar e facilitar a acção dos investidores ou operadores económicos que se proponham respeitar os referidos interesses.

Sem esta associação podem os pradenses ficar cientes que de nada vale chorar sobre o leite derramado e que esse encanto, no Vale do Cávado, que a natureza dotou, continuará a ser objecto das maiores agressões ambientais e aos interesses dos residentes, sem respeito pela legalidade que, no final de contas, até existe.

Augusto Gomes Gonçalves

Ainda os lixos do vale do Homem

AUTARCAS EXIGEM SOLUÇÃO DO GOVERNO

Como tarda o cumprimento da promessa proferida pela Ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, aquando da inauguração do aterro sanitário da Serra do Carvalho, de concretização da adesão de Vila Verde, Amares e Terras de Bouro àquela estrutura de tratamento de resíduos sólidos, os edis destes três municípios solicitaram uma audiência àquela governante.

Entendem José: Manuel Fernandes, Tomé Macedo e José Araújo que já é tempo da ministra indicar uma saída para o impasse que se vem registando há mais de um ano, declarando aceitar qualquer uma das duas possíveis saídas: ou a construção de um aterro próprio, como inicialmente estava previsto e para que foi mesmo constituída a sociedade gestora "Resicávado"; ou a adesão à "Braval", responsável pela gestão do aterro da Serra do Carvalho, que serve os municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, que se encontra em funcionamento desde a inauguração.

A saída mais provável continua a ser esta, face à já reafirmada relutância governamental de criação de mini-aterros, como seria o planeado para servir os três municípios do vale do Homem, com instala-

ção já decidida na freguesia de Atiães. Continua, porém, o edil vilaverdense, Eng.º José Manuel Fernandes, a recusar a condição alegadamente imposta pela "Braval" de que fique desde logo estabelecido que seja Vila Verde a receber, daqui a 10 anos, o próximo aterro. Aceita o princípio da rotatividade mas faz notar que os três concelhos do vale do Homem são os que menos lixo e poluição produzem e que ninguém pode garantir que daqui a uma década continuem os aterros sanitários controlados a constituir a forma mais adequada de resolução do problema dos resíduos sólidos urbanos.

• Supremo Tribunal embarga aterro

Num claro contexto de guerrilha político-institucional entre os três municípios socialistas do Cávado e os três sociais democratas do Homem, o Supremo Tribunal de Justiça ordenou a cessação da actividade do aterro sanitário da Serra do Carvalho.

Funda-se a decisão do Supremo Tribunal, a que recorreu a Associação de Defesa do Ambiente - "Terras de Lanhoso", sediada em Póvoa de Lanhoso, após ter sido dada como improcedente, em 1997, no Tribu-

nal Judicial da Póvoa de Lanhoso, com posterior confirmação do Tribunal da Relação do Porto uma providência cautelar que visava a suspensão das obras de instalação do aterro, no receio de contaminação dos lençóis de água existentes no subsolo do local escolhido, o invocado pela associação ambientalista. Receio tido como fundado de que a actividade do aterro, lê-se no acórdão do Supremo, "came lesão grave e dificilmente reparável ao direito do Ambiente objecto da defesa e actividade da recorrente, e do direito a um ambiente de vida humana sadio e ecologicamente equilibrado".

A "Braval" continua porém a exercer normalmente a sua actividade, tendo no entanto recorrido ao Tribunal Constitucional, visando impugnar a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, por entender que a mesma não tem como objecto o funcionamento do aterro, que alegadamente foge à alçada do Poder Judicial, tratando-se antes de uma competência atribuída pela constituição ao Poder Executivo. Consideram os responsáveis da "Braval" que a decisão judicial apenas se refere ao aterro, pelo que, "por já estarem concretizadas e concluídas, esse acórdão não terá qualquer efeito útil".

D. EURICO PRESIDE PEREGRINAÇÃO DO ALÍVIO

O Arcebispo Primaz de Braga presidiu uma vez mais, e talvez pela última, à Peregrinação anual, ao santuário da Nossa Senhora do Alívio, que reuniu naquele lugar da freguesia de Soutelo, como é habitual, uma imensa multidão de fiéis e devotos.

Conhecida que é a sua vontade de passar o testemunho, vindo nesse sentido a limitar progressivamente a sua participação em actos públicos, D. Eurico Dias Nogueira acabou por responder afirmativamente aos insistentes pedidos para que uma vez mais presidisse às festividades em honra da santa face à comemoração do segundo centenário da fundação daquele santuário mariano.

Na homilia, para além de sublinhar a importância dos santuários

e a expectativa de que se alcancem os objectivos estipulados para o Congresso Eucarístico Nacional, que se realiza em Braga em Junho de 99, o Arcebispo Primaz versou dois temas muito badalados na sociedade civil. Reportando-se ao escândalo que tem abalado os Estados Unidos da América, condenou a profusa exposição pública do lamentável comportamento sexual do presidente Bill Clinton, proferindo a máxima bíblica de que "quem não estiver em pecado que atire a primeira pedra".

Também o processo em curso de regionalização do País não escapou à análise crítica do prelado máximo do distrito, que se insurgiu contra as enormes divergências que dividem os principais responsáveis políticos da nação quan-

to a tal matéria. Instou-os a porem de lado os interesses político-partidários e atenderem mais ao grande interesse nacional, exortando ao diálogo construtivo e a uma saída comensal face à generalizada concordância quanto à necessidade da descentralização. Não deixou no entanto de vincar que, mesmo sentindo-se baralhados com tanta divergência, os cristãos não se devem demitir de intervir na vida pública do País, que pode ser interpretado como um apelo ao voto, independentemente da opção escolhida.

Concluiu dirigindo saudações aos cerca de dois milhões de estudantes que iniciaram mais um ano lectivo, fazendo votos de que "Nossa Senhora alivie os males que oprimem os homens e a própria sociedade".



Francisco Rosas & Macedo, L.da

REPRESENTANTES PARA O CONCELHO DE VILA VERDE DAS MARCAS

FIAT E LANCIA

FIAT



Rua Dr. Francisco A. Gonçalves
VILA DE PRADO
4730 Vila Verde
Telefone: 921580

Com o Dr. Domingos Pereira homenageado...

PAULO PORTAS EMPOSSA CONCELHIA DO PP

No dia 18 de Outubro, o CDS/PP do concelho de Vila Verde teve um dia bem preenchido com uma série de acções que justificaram o presença do novo líder nacional do Partido, Paulo Portas.

Às 11.00h teve lugar uma Missa na Capela de Santo António pelos militantes e autarcas do CDS/PP e Juventude Popular falecidos no concelho de Vila Verde.

Uma hora depois, tinha início uma homenagem ao Dr. Domingos Pereira na sede concelhia do Partido, já com a participação de Paulo Portas. Da cerimónia constou o descerrar de uma bandeira postrada sobre uma fotografia daquele líder histórico do CDS/PP.

Embora o dirigente Francisco Marques tivesse revelado a intenção da organização do evento de reservar os discursos para depois do repasto, o Dr. Domingos Pereira não resistiria a tecer algumas considerações numa intervenção algo emocionada e comovente, lembrando os 23 anos de dedicação a uma causa que abraçou com toda a generosidade e pleno de convicções, que, confessou, mantém bem vivas. Em mais uma prova desta sua reconhecida generosidade, procurou acima de tudo endereçar aquela homenagem a três centristas que o marcaram profundamente, a saber Adelino Amaro da Costa, o Sr. Antunes e o seu irmão. Foi pela mão de Diogo Freitas de Amaral e destes que se abalçou naquela causa política e com eles, sobretudo com o "mestre" Adelino Amaro da Costa, aprendeu a abordar as multidões e fazer passar a mensagem da democracia cristã. Também o Dr. Paulo Portas interveio para apologizar a experiência, a sabedoria e toda a entrega do homenageado a uma nobre causa durante mais de duas décadas.

• Tomada de posse dos órgãos concelhios

O evento foi aproveitado para dar posse aos órgãos concelhios do CDS/PP e da JP, algum tempo já após os actos eleitorais.

A lista eleita da JP apresenta a seguinte constituição:

Presidente do Plenário: Marco Paulo Pacheco; 1º secretário: Maria de Fátima Costa; 2º secretário: Marcelo Gaspar Alves.

Presidente da Comissão Política:



O Dr. Domingos Pereira discursou emotivamente na homenagem que o PP concelhio lhe rendeu.

Armindo Tadeu Alves; 1º Vice presidente: Fernando Pereira; 2º vice presidente: João Manuel Fernandes; 3º vice presidente: Paulo Renato Rocha; secretário: José Luís Araújo; tesoureiro: José Adelino Soares; 1º vogal: Laurentino Santos; 2º vogal: Orlando Soares; 3º vogal: Jorge Rocha.

A Comissão Política do CDS/PP é presidida por José da Mota Alves; o vice presidente é Júlio Dias e o secretário Francisco Marques. Os vogais da Comissão Política são António Santos, Porfírio Barbosa, Maria Conceição Alves, Maria Fátima Silva, Daniel Cerqueira, Marco Paulo Pacheco, Adelino Machado e Maria Aurora Afonso Reis.

Seguiu-se uma romagem ao Cemitério Municipal de Vila Verde em homenagem aos militantes do CDS/PP e da JP. O almoço convívio que encerrou as actividades teve lugar num restaurante da sede concelhia, após o que tiveram lugar discursos marcantes do rumo do partido a nível concelhio e nacional.

• Mota Alves enaltece acção do homenageado

Na sua intervenção o Professor Mota Alves, vereador da Câmara Municipal de Vila Verde, dirigiu-se a todos os autarcas para "colocar a Comissão Política hoje empossada à sua disposição, para conjuntamente delinear políticas de acção e intervenção de forma a poder-se cumprir ou fazer cumprir os programas que apresentaram aos eleitores". Admitindo como "duros e pesados" os tempos para o partido, Mota Alves apelou ao reacendimento da esperança e a um empenho de todos no sentido de continuarem a marcar a

diferença pela forma ímpar como se vêm dedicando à causa pública. A linha de rumo, no seu dizer, orientar-se-á no sentido da defesa dos reais interesses e anseios das populações, mormente das "desprotegidas e desfavorecidas, as que vivem no mundo rural e principalmente as que vivem no mundo rural mais isolado, os agricultores, os jovens, os idosos e as pessoas que queiram investir nas zonas rurais".

Mas mais marcante neste dia foi para o autarca do PP a "homenagem ao Homem, ao Militante, ao Político e à pessoa que dirigiu os destinos do CDS em Vila Verde, após a sua fundação até ao dia de hoje, de seu nome Dr. Domingos da Silva Pereira." Mota Alves considerou que "um Homem como o Dr. Domingos da Silva Pereira pode ser justamente enaltecido através da massa de realizações materiais, e, também, pela escola que formou, a nível profissional, desportivo e político".

A intervenção de Paulo Portas versou unicamente a regionalização e os argumentos anti-regionalistas seriam apresentados com a habitual veemência de que sustenta acreditar convictamente que o projecto de dividir o país em regiões visa "dividir o que é bom, os portugueses". O dirigente popular reiterou o ponto de vista de que a regionalização apenas trará a desunião num país que não possui fracturas étnicas, linguísticas, culturais ou quaisquer outras. Por outro lado, sustentou, com as regiões teremos um país dividido e enfraquecido a reivindicar junto de Bruxelas os fundos comunitários, cada região a pretender puxar a brasa para a sua sardinha.

CDU repudia situação da lixeira de Dossãos

Em reunião havida no dia 17 de Setembro último, a Comissão Política da CDU de Vila Verde fez um balanço positivo da sua recente participação na Festa do Avante com um stand próprio, no que consideram constituir um claro sinal da "vitalidade e capacidade de empreendimento que vêm caracterizando a CDU de Vila Verde".

No dizer dos dirigentes concelhios da CDU, também na montagem e funcionamento da tasquinha "Vila Verde em Festa", assegurada por uma equipa de dezassete pessoas oriundas de Cabanelas, Oleiros, Pico de Regalados, Prado e Vila Verde, "sobressairam, pelo número e pela alegria emprestada, os jovens".

A preocupante questão do lixo, mormente a forma como vem sendo tratada, suscitou a atenção da CDU, que reafirmou não aceitar "que um problema com esta importância e com esta dimensão possa ser debatido ou negociado tendo como critério de base os jogos partidários dos dois blocos em que se transformaram as Câmaras do PS e do PSD".

Preocupa os comunistas que a lixeira de Dossãos "continue activa sem que pareça perspectivar-se uma solução que permita a sua selagem e a reabilitação dos solos por ela afectados".

Sobre a questão do aterro sanitário, consideram que deve prevalecer o "simples e consensual princípio do "poluidor" pagador", sustentando "que os municípios interessados no novo aterro sanitário não podem ser considerados em pé de igualdade no que toca às probabilidades de vir a colhê-lo e que as probabilidades de receber o novo aterro devem ser proporcionais à quantidade de lixos produzidos em cada um dos concelhos envolvidos".

As bolsas de pobreza que proliferam no concelho merecem o empenho dos comunistas vilaverdenses, que vêm diligenciando junto do Governador Civil de Braga apoios e iniciativas em ordem a fazer face a este flagelo social.

Também o caso dos muros e das "mini-marinas" de Coucieiro e o caso do cruzamento de Prado, alegadamente "construído parcialmente em terrenos públicos, sobre o canal de regadio de Cabanelas", não deixam de suscitar o mais veemente protesto dos dirigentes da CDU de Vila Verde, indignados com o "comprometedor silêncio" da Câmara Municipal, que nem se terá, alegadamente, dignado responder a inquirição da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN).

No dia 11 de Outubro, a Comissão Política levaria a efeito uma sessão na freguesia de Dossãos subordinada ao tema "Lixo lixeira e aterro sanitário", integrada no ciclo das suas "Jornadas Abertas". Esta iniciativa permitiu constatar que "o acesso à lixeira se mantém perfeitamente livre e que ali se continuam a efectuar despejos suspeitos de particular perigosidade".

Solidários com as diligências da Junta de Freguesia, Arlindo Fagundes e seus pares denunciaram a "incúria da Câmara Municipal perante uma freguesia que não dispõe de rede pública de abastecimento de água". As análises periódicas e frequentes das águas da freguesia e divulgação dos resultados, implantar um dispositivo de vigilância permanente da lixeira, interditando-a a particulares, e "considerar a desactivação da lixeira de Dossãos e a descontaminação da zona por ela afectada como um objectivo concreto e a encarar, comprovadamente com seriedade", são algumas das propostas da CDU de Vila Verde.

Criança morre atropelada em Gondães

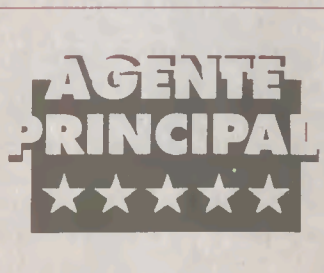
Uma criança de nove anos morreu, no dia 11 deste mês, na freguesia de Gondães, vítima de um acidente de viação.

Bruno Araújo Silva circulava numa estrada municipal daquela localidade vilaverdense quando foi colhido mortalmente por uma mota de grande cilindrada, conduzida por Bernardino João Pimentel.

Ambos os sinistrados foram conduzidos pelos Bombeiros Voluntários de Vila Verde ao Centro de Saúde concelhio e dali transferidos de imediato para o Hospital de S. Marcos.

Infelizmente para o malgrado Bruno Silva já de nada valeram tais diligências, tendo dado entrada na unidade hospitalar de Braga já sem vida.

Quanto ao motociclista, ficou ali internado para receber tratamento a uma perna e a um braço fracturados.



METRÓPOLE
SEGUROS



ZURICH
LIFE

ESCRITAS

Gabinete de Contabilidade de Prado

Lugar do Pontido - VILA DE PRADO - 4730 Vila Verde
Telef. 921398/Telefax 922762



ATAHCA assina convenções de 90 mil contos

A Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA) formalizou, em 24 de Setembro, a atribuição de mais 90.434 contos a projectos aprovados no âmbito do Programa Comunitário "Leader II", tendentes ao desenvolvimento rural.

Foram dezassete as convenções assinadas, relativas a projectos apresentados por entidades e particulares dos concelhos de Amares, Póvoa de Lanhoso e Terras de Bouro, que contam com uma comparticipação comunitária superior a 50%. Projectos a que preside a intenção de valorizar economicamente o meio rural, após uma primeira fase votada à recuperação de casas típicas para turismo rural.

Com mais este pacote de convenções, a ATAHCA atribuiu já cerca de 300 mil contos e o seu presidente, José da Mota Alves adianta que dentro em breve acontecerá o mesmo com mais um conjunto no valor de perto de 250 mil. Na cerimónia efectuada na sede da Assembleia, em Vila Verde, José da Mota Alves mostrou-se convencido de que até final do ano o índice de aproveitamento da verba global de 1 milhão de contos comunitariamente disponibilizada pelo Leader II se cifrará nos 90%.

Exortando os subscritores dos projectos aprovados, vocacionados para o artesanato e os produtos locais, a cumprirem à risca os prazos de execução dos projectos e um cumprimento integral do seu teor, respeitando igualmente o prazo de dez anos de vigor pós concretização, Condições impostas pela União Europeia sob pena de recuperação das comparticipações concedidas.

Para 1999 diz o Presidente da Direcção da ATAHCA que estão reservados os restantes 10% do "bolo" comunitário que, após a actual aposta em infraestruturas, com que se alegadamente se pretende obstar à desertificação incidirão sobre a promoção e animação turística.

Foram seis os projectos de Vila Verde desta feita contemplados, totalizando 17.528 contos. A Aliança Artesanal viu viabilizado um curso de Tecelagem Criativa (4900 contos) e os meios necessários à promoção e comercialização de artesanato (2815), obtida uma comparticipação comunitária de, respectivamente, 3.185 e 1689 contos. A Escola Profissional Amar Terra Verde recebeu carta verde para produção e valorização de doces regionais (3.496 contos), para o que conta com 1.923 contos comunitários, enquanto a Adega Cooperativa de Vila Verde vai criar postos de venda nos quatro concelhos da área de jurisdição da ATAHCA, orçados em 4500 contos, para o que dispõe de 2.475 da União Europeia.

Quanto a particulares, Joaquim Marques dispõe de 658 contos para valorizar a sua produção de mel, apresentando um projecto de 1.197 contos, para Abel Nogueira Pimenta, para o mesmo efeito, contar com 341 contos para fazer face a custos estimados em 620 contos.

A ATAHCA prossegue assim a caminhada rumo a um desenvolvimento rural sustentado que diminua o fosso existente entre o interior e os centros urbanos. Nesse sentido, e numa clara aposta de promoção do produto criado ao nível do turismo rural, a Associação fez-se representar na 1ª semana deste mês na Feira Internacional da Galiza, que decorreu em Silleda, província de Pontevedra; divulgando, entre as denominadas "aldeias de Portugal", as casas recuperadas de Gondomar e Aboim da Nóbrega, entre outras do seu raio de acção.

Leitura motiva formação na Biblioteca Municipal

A Biblioteca Prof. Machado Vilela levou a cabo, em finais do mês de Setembro, uma acção de formação subordinada ao tema "Da leitura comprometida à leitura encenada", sob a orientação do actor e encenador Paulo Lages.

A acção inseriu-se no contexto do Programa Nacional de Promoção da Leitura, sob a alçada do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, e destinava-se a professores, educadores, técnicos de biblioteca e animadores culturais. Paulo Lages tinha como desiderato principal apontar aos formandos caminhos para o desempenho de um papel activo na promoção da leitura. Para o que foram experimentadas "originais e estimulantes" actividades de grupo, tendo ainda sido apresentada à Directora da Biblioteca Municipal, Dra. Manuela Barreto Nunes, uma lista bibliográfica com títulos tidos como importantes para a infância e juventude.

O actor e encenador, formado na Escola Superior de Teatro do Conservatório Nacional, que integrou o elenco do Teatro Nacional D. Maria II, propôs como tema de reflexão o pensamento que em "O prazer da leitura" Marcel Proust verbaliza: "Não há talvez dias na nossa infância que tenhamos tão intensamente vivido como aqueles que julgamos passar sem tê-los vivido, aqueles que passámos com um livro preferido."

Exemplo a seguir

ANTÓNIO SOARES RESTAURA MOINHO DO NEIVA

Ali bem no limite entre os concelhos de Vila Verde e de Ponte de Lima, na margem direita do rio Neiva, já em solo limiano conhecido por Corvos, António Dias Soares procedeu à recuperação de um velho moinho de água.

A inauguração do empreendimento teve lugar no dia 27 de Setembro, reunindo-se naquela pequena e funcional unidade transformadora os familiares e os amigos do proprietário, que não pouparam merecidas manifestações de regozijo e de felicitações ao obreiro de tão louvável acção de preservação de um precioso exemplar do património rural construído que, como diz, e muito bem, a Dra. Manuela Barreto Nunes em publicação da ASPA, "durante séculos exprimiram o modo de vida das populações ribeirinhas". Até porque foi mantida a função primordial do moinho, assim como o equilíbrio natural envolvente, pelo que ali, à margem da EN 201, Prado-Ponte de Lima, se encontra um pólo definidor de uma cultura secular e por isso mesmo um exemplar de um património que a todos pertence.

Honra pois ao Sr. António Soares por se ter abalançado em tão meritória empresa, pouco usual nos tempos que correm, a avaliar pelos abandonos e até delapidações a que estão votadas em elevado número similares construções espalhadas pelo vale deste mesmo rio, assim como pelo do rio Cávado, Homem e Puriço. Este sexagenário madeireiro deu de novo vida a um imóvel em adiantado estado de degradação, onde há ainda pouco tempo vivia e operava um ancião moleiro, que entretanto abandonou a actividade.

O moinho está operacional e vai servindo para produção de farinha que baste para o consumo interno e eventualmente serve para satisfazer um ou outro pedido de amigos. Mas António Soares, naturalmente, pretende rentabilizar aquele bucólico espaço, transformado em cozinha regional, a pensar no seu possível aproveitamento como unidade de restauração. Se à envolveria socio-cultural e ambiental característica daquele espaço vier a ser associada uma correspondente gastronomia típica, estarão por certo reunidos os condimentos para a eclosão de um agradável centro de lazer e de turismo, que constituiria um importante passo no sentido da minimização do isolamento e consequente apatia que caracterizam aquela zona.



• O que o Neiva faz mexer

Depois de correr velozmente pelas franjas do Monte Oural, onde nasce, em Godinhaços, o rio Neiva, já mais calmo, esbarra no açude da Coutada e parte do seu caudal é dirigido para uma levada, que encaminha a água para o moinho e que antes também "tangia" uma serração já inactiva. Umhas dezenas de metros abaixo, já junto ao moinho, a água entra no cubo, se o piheiro o permitir, sendo desviada para o leito do rio caso o moinho não esteja em actividade. Aberto o piheiro para que o moinho exerça a sua função, então a água passa pelo pijadouro, afunilando verticalmente, para ganhar velocidade, em direcção à seteira, que já nos fundos do moinho, conhecidos por inferno, a atira com toda a força de encontro ao rodízio, seguindo depois o líquido motriz, cumprido o seu papel, de regresso ao leito, através de um soturno túnel chamado cabouco.

O rodízio é uma roda de madeira dentada que se movimenta ao sabor da pressão e velocidade imposta pela água, que fustiga as suas penas, fazendo girar a árvore, o tronco de madeira que o suporta e leva o movimento gerado ao piso superior. Surpreendente nesta mecânica primária é que o, digamos, "rolamento" que permite o movimento circulatório do rodízio consiste em duas simples jogas de pedra. Uma na vertical, a agulha, que integra a base da árvore e roça em outra colocada na horizontal, a soca, originando a fricção a ocorrência nesta de uma cova propícia ao constante movimento circulatório.

A soca, que acaba por ter que ser substituída face ao progressivo desgaste a que é sujeita, está assente na grama, uma base de madeira coberta pela água corrente cuja inclinação pode ser regulada no piso superior através da cruz, conforme se pretende a farinha mais grossa ou mais fina. O movimento do inferno é captado pelo lubete, outra peça de madeira encaixada na árvore, que o transmite à segurelha. Esta, por seu lado, "pega" na mó, uma poderosa

sa argola granítica, com um orifício circular ao centro, por onde cai o milho de encontro ao pé, separado milimetricamente da mó, o que provoca o esmagamento dos grãos de milho e a sua consequente transformação em farinha, expelida para os bordos do anel triturador e depositados na caixa do estremunhado, estrutura em madeira que cobre a mó e peças adjacentes.

A encimar o estremunhado está a adalha, o funil em madeira onde se deposita o milho, que é transportado pelo quelho para a queda fatal no orifício da mó, com a regulação da quantidade a ser assegurada pela caravelha através de movimentos vibratórios provocados pelo cadelo ou chamadouro, que tem um pé que encosta na mó, o que provoca a vibração reguladora.

Com a colher é recolhida a farinha produzida, sacudindo-se bem com uma vassourinha de estopa a mó, já inactiva após se ter baixado no cubo o piheiro e impedido assim a entrada da água no moinho. Submetida ao eventual uso da malha, crivo ou peneira, o produto transformado é medido em caixas próprias, obtendo-se o trolho, meio trolho, quarto, rasa, meia rasa... O moleiro vendia assim à porta a sua própria fornada, ou então levava a encomendada na sua carroça puxada por jumentos à casa do cliente, depois de da mesma forma lá ter ido buscar a matéria-prima, o milho.

A farinha, mais grossa ou mais fina, era usada para alimentar os animais ou para fazer pão — as deliciosas broas ou bôlas —, para o que o Sr. António Soares também dispõe de um forno mural, que depois de bem aquecido e retirada a incandescente lenha, era vedado com bosta de bovinos.

Enfim, todo um mecanismo arcaico mas bastante funcional que assume nos nossos dias o cariz de um ritual que remonta às nossas raízes histórico-culturais, intimamente associado a um elemento primordial — o rio —, que por isso mesmo merecia a máxima atenção das gerações que nos antecederam, ao invés do que passou a acontecer de há umas décadas a esta parte.



Júlio F. Gonçalves

Fabricante de Candeeiros
Armazém de Louças
Artigos de Decoração e Brinquedos

Lugar do Monte - Oleiros - VILA DE PRADO - 4730 Vila Verde
Telef. / Fax (053) 922332



FUTEBOL NO CONCELHO



III DIVISÃO NACIONAL (Série A)

Candidatos arrefecem ímpeto do Vilaverdense



Apesar de eliminado caseiramente da Taça de Portugal pela homóloga terceirodivisória Vilanovense (0-2), a equipa do Vilaverdense F. C. regressou às vitórias logo na primeira jornada do campeonato da III Divisão Nacional, e ainda por cima fora de portas, em Vila Pouca de Aguiar.

Triunfo importante, ocorrido na sequência de um jantar promovido pela Câmara Municipal que reuniu comerciantes e empresários da sede do concelho e arredores, que rendeu mais de 2 mil contos para os cofres do clube. Clima de apoio exigido pelo presidente Gaspar Gonçalves como condição para a solicitada continuidade à frente dos destinos da colectividade, a que se veio associar o hipermercado Intermarché, assumindo o estatuto de patrocinador para esta temporada.

Garantidos os reforços de dois credenciados defesas centrais, Dionísio (ex-Maria da Fonte) e Hugo (ex-Amare), enquanto Cibi rumava para o vizinho Pico de Regalados, o Vilaverdense preparava-se para uma verdadeira prova de fogo que acabou por se mostrar aziaga. Depois de um empate no seu reduto com o Joane, já crónico nestas andanças, os 17 anos de afastamento do nacional parece terem pesado frente a mais alguns eventuais pretendentes ao ceptro ou aos lugares cimeiros. Registe-se, no entanto, a boa réplica e as reconhecidas boas prestações evidenciadas

pelos comandados de Dinis Rodrigues, que chegaram mesmo a superiorizar-se aos seus adversários, ainda que não conseguindo traduzir um certo ascendente numericamente, antes acabando por soçobrar tangencialmente frente aos credenciados Valenciano, Vianense e Pevidém, e empatando por fim intramuros frente a um sempre complicado Amare, quando urgia vencer.

RESULTADOS:

Vila Pouca, 1 — Vilaverdense, 2
Vilaverdense, 1 — Joane, 1
Valenciano, 3 — Vilaverdense, 2
Vilaverdense, 0 — Vianense, 2
Pevidém, 3 — Vilaverdense, 2
Vilaverdense, 1 — Amare, 1

CLASSIFICAÇÃO (6ª jornada):

Joane	16
Vianense	14
Monção	14
Valenciano	14
Ronfe	12
Merelinense	12
Amare	11
Pevidém	10
Macedo Cavaleiros	09
Mirandês	08
Bragança	07
Boticas	06
Vilaverdense	05
Águias Graça	05
Montalegre	04
Vieira	03
Neves	02
Vila Pouca	00

DIVISÃO DE HONRA (Série A)

Pico começa bem

Pode-se dizer que o Pico de Regalados começou auspiciosamente a sua estreia na Divisão de Honra da A. F. de Braga, tendo obtido seis pontos nas três jornadas inaugurais.

Os comandados de Luís mostram mesmo uma importante apetência pela conquista de pontos fora de portas, tendo vencido os dois jogos realizados em campos adversários e saído derrotado no único encontro realizado em casa, frente ao também estreante Alegrienses.

Os dirigentes do clube têm razões para se sentirem optimistas já que também na Taça da A. F. de Braga a equipa logrou passar à terceira eliminatória, após a eliminação do Ventosa e do Dumiense.

RESULTADOS:

Este, 2 — Pico Regalados, 3
Pico Regalados, 0 — Alegrienses, 1
Celeirós, 0 — Pico Regalados, 1

CLASSIFICAÇÃO (3ª jornada)

Santa Maria	09
Alegrienses	07
Viatodos	06
Pico Regalados	06
Maximinense	06
Marinhas	05
Martim	04
Celeirós	04
Este	03
Gandra	01
Alvelos	00
Negreiros	00

I DIVISÃO (Série A)

Prado "empata" aspirações

O G. D. de Prado deu um pontapé de saída algo periclitante e só em três jornadas realizadas tem já menos sete pontos do que o primeiro classificado, o vizinho Sporting Club da Ucha, que ironicamente eliminou da Taça por 2-4 após a marcação de grandes penalidades, depois de na primeira eliminatória ter afastado o MARCA.

Mas se tudo corre bem ao clube pradense na Taça, o mesmo não se pode dizer no campeonato, após dois empates nas duas primeiras rondas e uma derrota tangencial no campo do líder. Os pupilos de José António Lima concederam um empate com duas equipas que não dispõem ainda de qualquer outro ponto do que o conseguido com o G. D. de Prado, o que porventura faz temer pela qualidade de um plantel desta feita constituído com tempo. Aliás, causou alguma surpresa que ainda antes do campeonato começar tenham sido dispensados certos jogadores, alguns dos quais com passado reconhecidamente duvidável em termos de disciplina e outros por alegadamente não corresponderem à qualidade exigida, enquanto jogadores de carácter com provas dadas criados nas escolas do clube recebiam guia de marcha.

Devem nesta altura estar algo arrefecidas as aspirações do presidente Fernando Fernandes, que



ainda antes da temporada principiar nos dizia que "o Prado reforçou-se para uma competição mais exigente e a pensar numa subida, apesar de ser difícil. Temos equipa para isso, o que é preciso é que as coisas corram bem. Se os jogadores cumprirem em matéria de satisfação dos nossos objectivos, a Direcção também cumprirá, caso contrário não vale a pena andar para a frente. Se se está a investir é para subir."

Fernando Fernandes concorda serem poucos os juniores pertencentes a uma geração de sucesso trabalhada ao longo de quatro épocas que transitaram para o plantel sénior, justificando da seguinte forma tal escassez (quatro, de que apenas res-

tam dois): "Daqui a dois anos talvez possamos fazer uma equipa com os jovens provenientes das nossas escolas, mas agora não podemos aproveitar todos porque estamos empenhados neste projecto ambicioso e com mais juniores não temos lá. Esta época é crucial para que este clube regresse à III Divisão Nacional, que é o seu ligar. A população está distante do clube e é necessário que se atinja uma divisão superior para que as pessoas venham novamente em massa ao campo."

RESULTADOS:

Tibães, 2 — Pradô, 2
Prado, 2 — Ceramistas, 2
Ucha, 1 — Prado, 0

Lage ainda não pontuou

A A. D. da Lage principiou a época 98/99 de forma verdadeiramente desastrada, não tendo conseguido, ao fim de três jornadas, conquistar qualquer ponto, apesar de ter jogado em casa por duas vezes.

Afastada também em casa da Taça da A. F. de Braga pelo Gandra, da Divisão de Honra, após ter eliminado o Vila Chã, a equipa orientada por Jerónimo Leite começa novamente mal a sua participação pelo segundo ano consecutivo no escalão primodivisionário da A. F. de Braga. Parece ser a signa deste clube, que já partiu com algum atraso e teve uma pré-época algo atribulada, caracterizada por um certo absentismo. Não se confirmam pois as expectativas enunciadas pelo jovem técnico bracarense: "Este ano sou eu a pegar nisto logo de início e as coisas irão ser melhores em matéria de organização, de disciplina e de qualidade e quantidade do plantel. Consegui arranjar praticamente dois jogadores para cada lugar, o que dá mais competitividade no seio do plantel. O objectivo é andar lá em cima a morder os calcanhares aos primeiros."

Jerónimo Leite tem consciência de que "neste momento o clube não tem condições para pensar em competir na Divisão de Honra, embora haja a promessa de que para o ano já se possa dispor de um novo campo. A verdade é que não se pode estar a exigir a jogadores habituada a treinar duas vezes por semana que subam de divisão. Não se pode ter grandes ilusões."

Na mesma linha de pensamento está o presidente Avelino Terra Moreira: "Nós aqui trabalhamos sempre jogo após jogo, sem nunca



sonhar muito alto, porque a concorrência é muito forte. Com o decorrer do campeonato é que se poderá ver até que ponto a gente pode pensar em voos mais altos."

Quanto ao plantel, em que há a registar vários regressos, o presidente sustenta que "preocupámo-nos muito em arranjar homens, poucos mas humildes. Arranjámos o que foi possível face às verbas exorbitantes que se fala que outros estão a oferecer, que surpreendem quem anda nas regionais, o que é inadmissível. Nós temos uma equipa praticamente de graça, porque apenas estamos a dar uma pequena lembrança a cada jogador por assinar (20 contos), sem que se esconda o que quer que seja uns dos outros."

O que é invulgar é que o clube já tinha plantel mas ainda não tinha uma Direcção constituída, com o presidente e mais duas pessoas a assegurarem a preparação da época, porque continuava a não ser convocada qualquer Assembleia

Geral. Lamentando tamanha irregularidade, Avelino Terra Moreira diz que continua porque gosta muito da Lage e "foi prometida muita coisa ao clube pelas autarquias e acho que era um crime deixar a Lage cair num vazio. Vamos tentar fazer o melhor pelo clube quer as pessoas queiram quer não."

RESULTADOS:

Lage, 1 — Forjães, 2
Ucha, 3 — Lage, 2
Lage, 1 — Dumiense, 2

CLASSIFICAÇÃO (3ª jornada):

Ucha	09
Fão	09
Dumiense	07
Panoense	06
Necessidades	04
Estrelas	04
Forjães	04
Prado	02
Tibães	01
Ceramistas	01
Lage	00
Cabreiros	00

II DIVISÃO (Série A)

Cabanelas aspira novo campo



A continuidade do futebol em Cabanelas fica a dever-se porventura à esperança de que venha a ser cumprida uma promessa autárquica de construção de um novo campo.

Depois de eliminar na primeira eliminatória da Taça o Ceramistas da I Divisão, foi batido em casa pelo Fão na segunda eliminatória, enquanto no campeonato perdeu em casa no arranque com o 100% vitorioso Antas, foi goleado em Cristelo e por fim bateu o Baluganense, o que poderá representar um tónico para os confrontos seguintes.

Novamente sob a égide de António Oliveira, o Cabanelas voltou a arrancar tardiamente, recorrendo de novo ao técnico "Escudeiro", que na época finda orientou a equipa júnior do clube. Perfeito conhecedor das entranhas da colectividade, onde deu nas vistas como jogador, Escudeiro não esconde que por ali "os objectivos são sempre os mesmos e apenas se pode pensar em fazer o melhor possível com um plantel limitado, arranjado à última hora. Muitos jogadores da época passada saíram e temos que remediar com o que temos, recomeçando tudo de novo, como é habitual."

Não deixa, porém, de manifestar o seu desencanto pelo alheamento a que o clube está votado pela população local: "Andamos aqui dois ou três a trabalhar para isto. E ando porque gosto e se toda a gente gostasse de futebol como eu garanto-lhe que o clube iria bem mais longe. Era preciso que isto fosse levado

mais a sério, o que esperamos venha a acontecer quando dispusermos, por exemplo, de um novo campo, como nos foi prometido."

Enquanto tal não acontece, o que nós próprios esperamos que não tarde, porque de cada vez que ali nos dirigimos somos forçados a sentir agastamento não só perante a exiguidade daquele rectângulo de jogo mas sobretudo pelos maus cheiros que ali permanentemente se fazem sentir e pelo entulho que estranhamente permanece por trás de uma das balizas, ali bem junto à linha de fundo, os tais dois ou três carolas teimam louvavelmente em "ocupar a juventude e estamos já a tirar frutos da equipa de juniores criada no ano passado, com quatro deles a integrarem este ano a equipa sénior e três, ainda com idade júnior, a serem também por vezes utilizados".

RESULTADOS:

Cabanelas, 0 — Antas, 1
Cristelo, 8 — Cabanelas, 0
Cabanelas, 3 — Baluganense, 1

CLASSIFICAÇÃO (3ª jornada):

Lama 09
Antas 09
Fragoso 07
Cristelo 04
MARCA 04
Estrelas Faro 03
Cabanelas 03
São Veríssimo 01
Baluganense 01
Roriz 00
Vila Chá 00

JUNIORES (Série B)

Quatro na mesma série

O concelho de Vila Verde volta a ser representado no escalão júnior da A. F. de Braga pelos mesmos quatro clubes da época passada — Cabanelas, Pico de Regalados, Prado e Vilaverdense —, só que desta feita todos na mesma série por força da extinção das divisões.

Medida controversa que, tal como era aguardado, põe a nu logo a principiar a época as desigualdades existentes entre os clubes que militavam na ex-I Divisão e na II Divisão, o que se pode constatar nas várias goleadas que têm tido lugar, que num ou noutro caso ultrapassam a dezena.

A equipa de Prado e a da sede do concelho repartem a liderança após a segunda jornada, cantando por vitórias os jogos realizados, evidenciando-se pelo seu poder concretizador. O Cabanelas conta com uma vitória em casa e o Pico ocupa a cauda da tabela

ainda sem qualquer ponto conquistado.

RESULTADOS:

Tibães, 1 — Prado, 6
Ág. Graça, 3 — Pico Regalados, 0
Vilaverdense, 4 — Cabanelas, 0
Prado, 4 — Dumiense, 1
Cabanelas, 3 — Águias Graça, 1
Palmeiras, 1 — Vilaverdense, 3
Pico Regalados, 0 — Tibães, 3

CLASSIFICAÇÃO (2ª jornada):

Prado 06
Vilaverdense 06
Merelinense 04
Santa Maria 03
Águias Graça 03
Palmeiras 03
Tibães 03
Cabanelas 03
Ceramistas 01
Dumiense 01
Terras Bourro 01
Pico Regalados 00

II DIVISÃO (Série D)

Lanhas mais ambicioso

O Lanhas conta com uma vitória no único jogo do campeonato que realizou até à terceira jornada, tendo goleado em casa o Ribeira do Neiva.

Depois de ter sido eliminado para a Taça pelo primodivisionário Palmeiras, o Lanhas apenas disputou a primeira jornada, já que a segunda foi adiada e na terceira folgou.

Apurámos entretanto que há mais ambição no seio do clube para a presente temporada: "Partimos apenas com a intenção de fazer o melhor possível, mas se surgir a oportunidade de subir agarramo-la. Temos uma equipa jovem e estamos mais optimistas para esta época."

Em todo o caso, isso não significa que por aquelas bandas se tenha alargado o cordão à bolsa, porque, prossegue o presidente Augusto Gama, "continuamos a apostar essencialmente na prata da casa e em jovens vindos das escolas do Vilaverdense e do Pico. Em termos orçamentais não podemos fugir do habitual porque contamos com poucas receitas e os poucos apoios do costume, que não dão senão para pagar uns prémios modestos e oferecer uns lanches e alguns jantares aos jogadores. Além de ser uma terra pequena, só uma escassa parte da população de Lanhas presta atenção ao futebol."

Não obstante e apesar de levar já cerca de 20 anos de presidência do clube, Augusto Gama, ainda que



reconhecendo momentos de saturação, mostra-se disposto a não deixar cair o clube no vazio, "porque se acaba o futebol então é que esta terra passa a ser um beco desconhecido de toda a gente".

Questionado sobre os objectivos que presidem o trabalho que por ali está a ser desenvolvido, também o treinador, José Santos, admite que "estamos este ano de facto mais ambiciosos mas não a pensar em altos voos. A gente quer fazer sempre o melhor mas temos consciência de que somos uma equipa com limites a vários níveis, não valendo sequer a pena estar aqui a enumerá-los."

Uma vez mais o técnico, que está no clube desde a fundação, quer como jogador quer depois como treinador, se debate com "a razia dos

bons valores que vamos criando. Andamos sempre com o clube às costas, tendo que reconstituir uma nova equipa em cada época que começa. É isso que acaba sempre por matar quaisquer aspirações do clube, que mais uma vez passam por ser essencialmente a prática do desporto pelo desporto."

Mas acaba por reconhecer José Santos que "dá um certo gozo esta entrada e saída de valores, porque revela que o trabalho realizado deu frutos. Embora haja por aí quem diga que estes clubes se arrastam e deveriam acabar, eu acho que não, que o desporto deve ser para todos e não só para quem tem dinheiro, caso contrário muitos jovens não tinham qualquer hipótese de jogar futebol."

Ribeira do Neiva volta à competição

Após um ano de inactividade, o Ribeira do Neiva volta à actividade e ao que parece o que menos interessa são os resultados dos jogos, que naturalmente não têm sido positivos tendo em conta que foi preciso começar praticamente do nada.

Eliminado na Taça logo na primeira eliminatória pelo Alvelos, sucumbiu no Lanhas, empatou em com o Estrelas de Figueiredo e foi derrotado à tangente nos Leões.

Para marcar a reentrada do clube nas lides oficiais do futebol distrital foi escolhido para presidente um dirigente fundador, o Snr. Arlindo Abreu, que é peremptório na afirmação de que o que se pretende naquele clube, sob a sua alçada, é "fazer desporto na Ribeira e não comércio, até porque estamos a competir com prata da casa e tenho pena que rapazes com muita habilidade hajam sido absorvidos por outros clubes já que nos faziam agora muita falta. Aqui joga-se a troco de desporto, sem se ganhar um só tostão. O clube está de tal maneira desfalcado de valores e de dinheiro que não temos possibilidades para mais."

No que concerne à melhoria das instalações do clube, o presidente mostra-se desagradoado com o que por lá foi feito: "Tanto quanto sei, a Câmara cedeu materiais e houve quem participasse no financiamento das obras, mas com a contrapartida de ficar a explorar o bar até ao ano 2006. Ora era o bar a nossa principal fonte de receitas, praticamente o que mantinha o clube, e foi entregue a um estranho."

No sentido de fazer face às despesas correntes, os dirigentes do Ribeira do Neiva estão a promover uma campanha de angariação de sócios e de sensibilização das pessoas com maiores possibilidades financeiras no sentido de prestarem



apoio. Arlindo Abreu decidiu passar uma esponja sobre o passado, "porque senão era capaz de desistir", e mostra-se empenhado, tal como a equipa jovem que o acompanha, em criar condições para o clube poder "competir sem pensar em ganhar campeonatos, praticando um futebol são, que ocupe a juventude. Temos uma equipa sénior e uma juvenil e vamos ainda ver se arranjamos uma outra de atletismo. Temos que ver se conseguimos convencer os pais que o desporto é um bom investimento na juventude."

O técnico Elísio Araújo revela a intenção de todo um grupo de trabalho de "transmitir a este clube uma dimensão que se coadune com as potencialidades desta região". Lamentando a nefasta inactividade da época transacta, o responsável técnico do Ribeira do Neiva afirma haver forte vontade de inverter tal situação, apontando como objectivo "acima de tudo criar bases para que no futuro se possa pensar em outros voos. Este ano vamos tentar fazer o melhor campeonato possível e tentar construir uma equipa sólida, que nos dê confiança e nos permita progressivamente atingir parâmetros

mais elevados." Mostra-se confiante no valor da equipa que orienta e está convencido que "vamos dela tirar dividendos para o futuro. É lógico que temos consciência de que se nos depara um trabalho árduo, mas pelo valor que os jogadores têm, com a sua força de vontade, penso que vamos fazer uma temporada tranquila que nos permita criar um grande alicerce para próximos campeonatos."

RESULTADOS:

Lanhas, 5 — Rib. Neiva, 1
Rib. Neiva, 1 — Estrelas Figueiredo, 1
Peões — Lanhas adiado
Leões, 2 — Rib. Neiva, 1
Folgoou o Lanhas

CLASSIFICAÇÃO (3ª jornada)

Leões 09
Est. Figueiredo 07
Adaúfe 04
Arsenal 04
Lanhas 03
Ventosa 03
Nogueirense 03
Águias 03
Ribeira Neiva 01
Peões 00
Gerês 00

Historial de Prado

Compilação de Gota d'Orvalho (cont.)

Foram oito os Condes de Prado, desde 1526 a 1790, uma vez que por carta de Lei de 19 de Julho daquele ano foi abolido o poder de jurisdição dos donatários, "não só quanto ao sistema militar e financeiro, como também quanto ao judicial. Assim, todas as terras que se encontravam nessas condições, foram integradas no plano geral da administração do país, com magistrados iguais em nome e autoridade". Foi pois 8ª e última Condessa de Prado D. Maria Francisca Antónia da Piedade de Sousa. Consorciou-se em 1 de Outubro de 1760 com D. Lourenço José Brotas de Lencastre e Noronha, que passou, pelo casamento, a tomar o título da esposa (Conde de Prado).

A partir desta data, teve Prado dois Juizes ordinários, um Procurador do Concelho, três vereadores presididos por um ouvidor. Um Meirinho, que fazia de carcereiro, um escrivão da Câmara e quatro tabeliães, bem como um juiz dos orfãos com escrivão.

No plano militar, teve Prado Capitão-Mor e Sargento-Mor com quatro companhias de ordenanças.

Por carta de Lei de 28 de Novembro de 1840, o Concelho de Prado foi integrado na Comarca de Braga, assim permanecendo até à criação da Comarca de Vila Verde, para onde transitou.

Este Concelho, que durou cerca de seis séculos, foi extinto por Decreto de 24 de Outubro de 1855.

As freguesias de Atiães, Cabanelas, Cervães, Escariz, Freiriz, Oleiros, Parada de gatim e Prado, passaram para o Concelho de Vila Verde e as restantes para o de Barcelos. A de S. Gens de Macrome incorporou em Cabanelas onde forma um lugar com o mesmo nome.

(Continua no próximo número)

A Minha Terra

O homem para ser bom tem de morrer. Diz antigo adágio. Há personalidades que não precisavam morrer para serem bons.

A sua vida terrena demonstrou plenamente aquele amor fraterno para com o próximo. O seu bairrismo indesmentível em prol do torrão natal elevou-os à supremacia do amor e da bondade personificada.

Nem tudo o que nasce morre, porque além da sua morte há uma pétala a relembrar o que foi essa flor perfumada da caridade e do amor, aliada ao total bairrismo cidadão.

Com os tempos passando, vão caindo em esquecimento esses alguéns que nos legaram virtudes exemplares, para serem copiados e seguidos; isto, para justificarmos que nem tudo o que nasce morre (ficam as obras e as virtudes).

Justo será evocar a figura daquela jovem mulher, "Diana" a princesa do povo, que, apesar da sua alta linhagem (princesa), descia os degraus que conduziam aos tugúrios da miséria, autênticos vales de lágrimas, levando com a sua presença o conforto e a esperança a esses abandonados de sofrimento, estropiados e orfãos espalhados pelo mundo.

Diana, uma jovem princesa, esqueceu as opulências palacianas, abraçou o leme da caridade misturando-se com a pobreza, a missão mais nobre e, imposta pelo próprio DEUS, "Ama o teu próximo".

A par desta figura deslumbrante pelo amor do próximo, lembramos também MADRE TERESA DE CALCUTÁ, que abraçou totalmente a pobreza numa missão apostólica. Entregou-se totalmente ao lado do mundo sofrido, curando-os, consolando-os e redimindo-os deste mundo de egoísmos. Dois anjos que simultaneamente subiram ao Céu para serem compensados pelo bem que espalharam pela terra.

Na nossa terra também tivemos almas de eleição.

D. Zulmira Pereira, padaria de S. António cuja residência era tida como "Casa do Apostolado da Oração" amiga dos pobres, viveu para os pobres; quem se lembra dela?!

António Quirino Sousa Lima, pradense adoptivo, íntimo amigo de todos, defensor acérrimo do bem e da grandeza de Prado, cuja morte trágica podemos comparar à de Diana; quem se lembra dele?!

Aquele pároco amigo a quem chamávamos o Sr. Abade, sacerdote vocacionado para a igreja e seu rebanho, sacerdote e pároco desigualável; quem se lembra dele?! Pedro Ferraz Alves, homem simples e generoso, amigo prestável a ajudar o próximo, que após a sua morte foi injustamente negado, quem se lembra dele?!

Assim tantos e tantos outros que passaram a sua vida terrena a praticarem o bem são olvidados!!!

No entanto, numa verdadeira prova de amizade e reconhecimento, digamos, e para todos... Dai-lhes Senhor, o descanso eterno...

Loureiro

Eleições na Casa do Povo de Escariz

No próximo dia 13 de dezembro, terá lugar a eleição dos corpos sociais da Casa do Povo de Escariz para o triénio 1999/2001.

A Comissão de Eleições, no sentido da melhor participação de todos, solicita aos sócios que procedam à apresentação de candidaturas.

Previsto nos estatutos, o acto eleitoral visa rejuvenescer os corpos dirigentes com vista à promoção daquela cinquentenária colectividade.

A prossecução e manutenção das actividades sociais previstas garantem, por certo, maior qualidade de vida à população residente na correspondente área geográfica.

A partir do dia trinta de Setembro, é afixado o Caderno Eleitoral.

A Comissão de Eleições

MISCELÂNEA

• José Fernandes da Silva



FIGURAS CÉLEBRES

FILIPE II

Considerado o monarca mais poderoso do mundo, Filipe II de Espanha nasceu em 1527. Em 1543, apenas com 16 anos, começou a reinar no seu país, em nome do pai, Carlos I, ausente por ser o grande imperador de mais do que uma nação. Cerca de 11 anos mais tarde converteu-se, formalmente, no governador de meia Itália e, através de matrimónio, no governador de Inglaterra. Por fim, em 1556, tornou-se governador de todas as possessões de seu pai fora da Alemanha.

Durante mais de meio século de reinado teve problemas de guerra, contra a França católica, a Inglaterra protestante e o império otomano islâmico, problemas de rebelião nos Países Baixos - uma luta cruel que se saldou por muitos milhares de vidas, quer de espanhóis, quer de neerlandeses -, problemas de dinheiro, porque o Estado sofreu bancarrotas regulares e problemas da própria sucessão ao trono - a triste história

que Verdi tomou como tema da sua famosa ópera, versando o filho D. Carlos.

Um dos aspectos mais impressionantes do seu reinado é a imensa carga posta nos ombros do governante com a maior monarquia que o mundo jamais conheceu. Herdou do pai quase todos os problemas, mas enfrentou-os com firmeza. Viajou muito, atingiu um elevado grau de cultura e tornou-se num experimentado governante.

Casou-se quatro vezes: a primeira esposa (1543-45) foi Maria, princesa de Portugal, que morreu jovem, ao dar à luz D. Carlos; a segunda foi Maria Tudor, rainha de Inglaterra (1554-58); a terceira foi Isabel de Valois (1560-68); a quarta foi a sua sobrinha, vinte anos mais nova do que ele, Anna de Áustria, filha da sua irmã, a imperatriz Maria. Com ela se casou em 1570, sendo a mãe do futuro rei, Filipe III, e o marido declara que este foi o verdadeiro amor da sua vida e lhe quis como a ninguém. Anna morreu em 1580, vítima de uma terrível epidemia que existiu por essa época. Filipe

II não quis voltar a casar-se e os últimos 18 anos da sua vida foram de solidão. Vivia na companhia das duas filhas que tivera de Isabel de Valois, Isabel e Catarina. Em 1585, a segunda partiu para Itália, ao casar-se com o duque de Sabóia. O único consolo que restava ao rei era Isabel, que até à morte do pai nunca se casou e se manteve, carinhosamente, a seu lado.

Quando, em 10 de Junho de 1580, conseguiu a anexação de Portugal, experimentou uma grande satisfação com a unidade da Península. Era ele que tinha mais direito à sucessão portuguesa, após a morte do anterior rei, o malogrado D. Sebastião, em 1578, na fracassada batalha de Alcácer-Quibir. Também recebeu o apoio das Cortes de Portugal e garantiu as liberdades aos portugueses, que respeitou.

Deve-se-lhe a construção do mosteiro de "El Escorial", que foi o maior evento cultural do seu reinado: iniciou-se a construção em 1562 e pôde residir nele, parcialmente, a partir de 1567; apenas em 1571 se tornou a sua habitação por inteiro, tendo o edifício finalizado em 1586, ano em que inaugurou a igreja.

Comemoram-se este ano os quatro séculos da sua morte, já que desapareceu do número dos vivos em 1598.

ÁGUA CORRENTE

Água que no rio corres, de pedra em pedra, a saltar, leva-me as dores, as mágoas

e sepulta-mas no mar...

No mar, mas bem lá no fundo, para ninguém as herdar e, mais tarde, como eu hoje, delas se queira apartar!

Água que no rio corres, vagarosa, a marulhar, deixa um pouco de sossego neste peito a soluçar...

Mas que fiques para sempre a dor a balsamizar e jamais alguém no mundo passe a existência a penar!

Água que no rio corres e p'ra trás não vais voltar, limpa-se do que for mau, sempre que em ti me banhar...

Se possível, o que é bom gostaria de guardar e não mais haja retorno do que me martirizar!

SCRABBLE

Horizontais: 2. Fruto do tomateiro. 7. Capital da Itália. 9. Discurso laudatório; apologia. 11. Conjunto de calças e casaco para dormir. 15. Dos maiores rios do mundo; rio muito fértil, que banha o Egipto. 16. Local onde se faz o leilão do produto da pesca. 21. Espaço ocupado por um corpo. 24. Ambição; avidez; mesquinhez. 26. Forma de energia; estado do que se acha quente. 29. Espaço de 365 ou 366 dias. 30. Peça circular destinada a mover-se.

Verticais: 1. Carro puxado por cães na neve. 3. Círculo menor do globo terrestre. 4. Posto militar a seguir a capitão. 5. Fileira; flanco. 6. Pegar em; agarrar; conquistar; cidade ribatejana. 8. Dez centenas. 10. A língua falada pelos antigos romanos. 12. Cume aguçado. 13. Conjunto dos oceanos; grande extensão de água salgada. 14. Móvel pertencente ao serviço da sala de jantar; que apara. 17. Peça de vestuário para as mãos. 18. Pessoa que não tem coragem; medroso. 19. Dizer orações; orar. 20. Utensílio agrícola para lavrar a terra. 22. Agente introduzido no corpo, que provoca imunidade para certas doenças. 23. Raça de carneiros de lã fina. 25. Vara ou cana para fiar. 27. Instrumento musical de cordas. 28. Pequeno círculo; argola; arco.

T	1	T	3		M	4	A	5	T	6
	2									
R			M	8			L	10		
7										
		P	12					M	13	A
		11								
N			L	17						
15										
		C	18					R	19	A
V	22						M	23		
21										
A						R	25			
24										
C			L	27					A	28
26										
							A	29		
							R	30		



GALERIAS

CARLIM

MODA JOVEM

Armandino Araújo Carvalho

Rua Francisco Lopes Ferraz, n.º 10 - VILA DE PRADO - Telef. 921 621

José Viana continua a cavalgar na frente

O jovem pradense José Viana continua a fazer soar vitoriosamente o nome da sua Terra nos mais variados e distantes pontos do Norte do País.

Na época de Verão finda, pródiga na realização de corridas equestres, quase generalizadas como figura de cartaz das festas populares, pela vasta assistência que atraem, fruto da espectacularidade de que se revestem, José Viana não deixou os seus créditos por mãos alheias e do Minho a Trás-os-Montes continuou a espalhar toda a sua reconhecida classe na arte de bem cavalgar. Exímio executante na modalidade de trote, que equivale no atletismo à marcha, José Viana arrecadou mais um sem-número de troféus de vencedor, que se acumulam em elevado número na sua residência, na Praça Comendador Sousa Lima.

É aí que desde tenra idade, sob a sábia orientação do seu pai, também José Viana, que o jovem electricista de automóveis trata dos seus campeões, recorrendo aos campos e artérias vizinhas para os treinar. Pelas mãos de ambos os Vianas têm passado belíssimos e imponentes equídeos, que após aturados treinos, deitam por terra nas corridas as pretensões dos habituais rivais, provocando mesmo manifestações de espanto e admiração entre as vastas e entusiasmadas assistências face à superioridade habitualmente evidenciada em prova.

Pai e filho adquiriram pois já o merecido estatuto de vedetas no meio equestre da região, o que faz com que a Vila de Prado seja bem conhecida nos mais diversos pontos sobretudo do Norte do País, a que aflui gente das mais diversas proveniências na mira de adquirir bons cavalos ou, no final das corridas das proximidades, a convite dos Viana para repastos de confraternização e de retemperamento de forças, sintomáticos do espírito de franca amizade que se pratica no meio e que estes conceituados pradenses cultivam na plenitude.

Até da vizinha Espanha afluem a estas paragens amantes da arte de cavalgar, que das instalações de José Viana partem em digressões a cavalo. Tudo motivos, pois, para que uma vez mais demos o devido destaque a estas duas personalidades pradenses, que passam indiscutivelmente por serem embaixadores da nossa Terra de considerável dimensão.



Câmara expropria terreno em Vila Verde

Após longo impasse, que transita da gestão camarária anterior, a Câmara Municipal de Vila Verde foi autorizada, em 18 de Setembro, ao abrigo do Código das Expropriações, a tomar posse administrativa de uma parcela de terreno da rua Luís de Camões, na sede concelhia.

Trata-se de um terreno de 168 m² que, por inexistência de acordo entre a edilidade e os proprietários, Maria de Barros Esteves e marido, António José da Silva Cerqueira, entravava desde há longos meses a execução do arranjo urbanístico na zona envolvente à Igreja Matriz de Vila Verde.

Ainda durante a gestão centrista deram início os trabalhos, sob clima de alguma polémica, tendo-se procedido ao desaterro do espaço nas imediações norte da igreja, com o intuito projectado de executar uma avenida de ligação da rua Luís de Camões à Praça do Município.

Aceite o carácter de urgência do empreendimento invocado pelo executivo camarário presidido pelo Eng.º José Manuel Fernandes, foi declarada a utilidade pública do terreno em questão, pelo que estão agora reunidas as condições para que se obste à indecorosa situação que é dada observar em tão central local da sede do concelho.

Tanto mais que a sua conclusão tem que ter lugar até final do ano, sob pena de se perder uma comparticipação governamental de 50% estipulada em 1997 pelo então Secretário de Estado José Augusto Carvalho, para um investimento orçado naquela altura em 50 mil contos.

FESTA DAS COLHEITAS PROMOVE O CONCELHO

Entre os dias 1 e 5 de Outubro teve lugar a VII Feira Mostra dos Produtos Regionais de Vila Verde, "Festa das Colheitas", na Praça de Sto. António, em Vila Verde.

Com a organização uma vez mais a cargo da Câmara Municipal de Vila Verde e da Escola Profissional Amar Terra Verde, e contando com o apoio da ATAHCA, via programa Comunitário Leader, da ADERE-Minho e da rádio Voz do Neiva, este evento que se realiza anualmente voltou a ser palco de uma exposição/venda, palestras, colóquios, programas radiofónicos, concursos e animação com usos e costumes tradicionais.

A "Festa das Colheitas" tem-se revelado extremamente importante em termos de promoção e valorização dos produtos típicos e artesanais e para os agricultores, apicultores, artesãos e comerciantes do concelho e de praticamente todo o Minho.

A exposição de produtos agrícolas e artesanais teve lugar, como sempre, na Praça de Sto. António e contou com mais de três dezenas de expositores, tendo causado assaz sensação, pela novidade e pela qualidade do produto exibido, à mistura com mostra ao vivo do processo de confecção, o pavilhão ocupado pelo pradense Jorge Rodrigues, patenteador de miniaturas de Casas Típicas do Minho e Candeeiros Rústicos. Simultaneamente, esteve patente na Biblioteca Prof. Machado Vilela uma Exposição de fotografia de Cristóvão Dias, intitulada "A Bênção dos Animais em Santo António de Mixões da Serra". Na Casa Municipal da Cultura, o público teve oportunidade de observar uma outra exposição versando o Processo Tradicional de Produção de Linho, promovida pelo Projecto Integrar.

O dia inaugural da VII Exposição/Venda foi dedicado ao Artesão, salientando-se a promoção do VI Encontro de Artesãos, em que a Cultura do Linho foi o mote. Para o dia 2 de Outubro foi reservada a inauguração oficial da Feira Mostra, no Salão Nobre dos Paços do Concelho na presença de todos os expositores, seguida de um espectáculo de música tradicional proporcionado pela "Nova Estúrdia dos Camponeses de Godinhaços" e da prova de produtos regionais espa-



Uma fiada de linho a cargo da Associação de Codeceda.

lhados pelos vários stands da Feira, a que presidiu o lema "O Sabor do Bem Fazer". Ao fim da tarde destaque para o III Encontro de Agricultores, em que a Rádio Voz do Neiva assumiu a moderação e garantiu a transmissão radiofónica directa do acontecimento, para à noite o evento registar a maior afluência, face ao sempre espectacular festival de música proporcionado pela Rádio Voz do Neiva, que indubitavelmente é um sério caso de popularidade na região, se atentarmos na verdadeira multidão que sempre consegue atrair a sede do concelho e anteriormente a Prado por ocasião desta organização anual.

No dia 3, destaque para a realização vespertina de um Colóquio sobre o Turismo no Espaço Rural e do espectáculo nocturno comemorativo do 40º Aniversário do Grupo Folclórico de Vila Verde, que contou com a participação do grupo aniversariante, do Rancho Folclórico de Paços Silgueiros, dos grupos Raízes e Milho Rei.

No dia 4 de Outubro a Associação para Defesa dos Animais e Ambiente de Vila Verde promoveu uma prova de cicloturismo designada *Descobrir Vila Verde*, durante a manhã, e uma Tarde de Música Popular denominada *II Encontro de Concertinas de Vila Verde*, teve a organização da Associação Etnográfica de Vila Verde, seguida de uma mostra ao vivo de uma fiada de linho, sob a égide da Asso-



Encontro de Concertinas organizado pela Associação Etnográfica de Vila Verde.

ciação Cultural, Recreativa e Desportiva de Codeceda. A noite foi animada pelo Grupo de Danças de Salão da Universidade Lusíada do Porto e por uma Tuna Académica também da cidade invicta, por iniciativa novamente daquela associação ambientalista, que teve assim oportunidade de se reafirmar perante a população vilaverdense, chamando a atenção para a sua meritória acção.

Também brindaram as pessoas que afluíram no último dia, dedicado à gastronomia, com uma demonstração de Cães Treinados para Guarda, Defesa e Obediência, intervalando o espectáculo de música popular proporcionado pelo Grupo Renovasom, após uma sequência de concursos que puseram a nu o que de melhor se faz no concelho na produção de mel, com Amândio Castelo de Cervães a superiorizar-se, na confecção de doces típicos - geleia e marmelada -, com a de Maria José Sobreiro (Atiães) e a de Maria da Conceição Castelo a captar, respectivamente, a preferência dos provadores, e a broa de Maria Felistina Esteves, de Sabariz, a conquistar o paladar do júri. Aliás, os concursos voltaram a ser figura de cartaz nesta VII edição da Festa das Colheitas, com a novidade do dedicado aos bordados e rendas, sub-bordinado ao tema "O Campo", exibidor dos inegáveis dotes artísticos das nossas artesãs, superiorizando-se, segundo o júri, Isilda Torres, com uma colcha em crochet e Cristina Lopes com um vestido de baptizado. O concurso de raça barrosa exibiu as potencialidades concelhias num sector que vem atravessando assinalável crise em virtude da designada "doença das vacas loucas", enquanto as montras de Vila Verde se superiorizaram num repetido concurso que premiou a decoração da florista "Sonhos em Flor", sita na rua dos Bombeiros.

Enfim, um vasto e elucidativo certame revelador das riquezas vilaverdenses aos mais variados níveis, designadamente em matéria de continuidade de um passado de que só nos podemos orgulhar, à mistura com inevitáveis inovações que em nada contrariam o puritanismo ancestral que sempre caracterizou as nossas ascendências.

JORNAL DA VILA DE PRADO

DIRECTOR: Alfredo Pedrosa.

CHEFE DE REDACÇÃO: Jorge Pedrosa

CORPO REDACTORIAL: António Adelino Silva; António Zamith Rosas; João Pereira; João Macedo.

COLABORADORES: José Fernandes (Freiriz), Amaro Arantes (Vila Verde), Francisco Azevedo, João Sousa, Manuel Correia, Manuel Faria e Vítor Gonçalves (Prado), Gota d'Orvalho (Soutelo), Loureiro (Porto), Serra Nevada (Geme).

PROPRIEDADE E ADMINISTRAÇÃO: Casa do Povo da Vila de Prado Empresa Jornalística nº 215 513 Mensário Registado na DGCS sob o nº 110 249

CORRESPONDÊNCIA: Casa do Povo da Vila de Prado Praça Comendador Sousa Lima 4730 Vila Verde Tel.: 921120 Contribuinte nº 501 063 846 Depósito Legal nº 7388/84

CONDIÇÕES DE ASSINATURA: Em Portugal e no estrangeiro: 1.000\$00

PREÇO: 85\$00 TIRAGEM: 1.750 ex.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: TipoPrado - Artes Gráficas, L.da Lugar do Barreiro, Rua 1 - Vila de Prado